

A DISPUTA PELA LIDERANÇA DA ÁSIA NO PÓS-GUERRA FRIA (II)

FERNANDO MALBURG DA SILVEIRA
Capitão-de-Mar-e-Guerra (Ref^o)

SUMÁRIO

PARTE I (publicada no 4^o trim./2007)

- Introdução
- Os interesses ocidentais na Ásia
- O fim da Guerra Fria e o cenário asiático
- Breve síntese da História do Japão
- O *Bushido*
- Breve síntese da História da China
- Política externa japonesa
- Política externa chinesa

PARTE II

- As rivalidades sino-japonesas na atualidade
 - A questão de Taiwan*
 - A península coreana*
 - A disputa pelas ilhas no Mar da China*
 - A aliança de defesa Japão/EUA*
 - O Japão e a ONU*
 - A presença norte-americana*
 - A rivalidade econômica*
 - Outros aspectos dos ingredientes presentes no cenário*
 - Algumas interrogações e perspectivas*
- O teatro marítimo
 - A Marinha norte-americana*
 - A Marinha japonesa*
 - A Marinha chinesa*
 - A Marinha de Taiwan*
 - A Marinha sul-coreana*
 - A Marinha norte-coreana*
- Alguns reflexos das rivalidades sino-japonesas no cenário examinado
- Conclusões

AS RIVALIDADES SINO-JAPONESAS NA ATUALIDADE

Observa-se que no presente panorama geopolítico da Ásia destacam-se dois atores regionais principais: a China e o Japão, respectivamente a quarta e a segunda economias do planeta; e que as relações entre esses *players*, comportando rivalidades históricas, definem uma realidade que, conjugada com os interesses de outros importantes atores (regionais e não regionais), influi na integração sociopolítica e socioeconômica do continente asiático, bem como na estabilidade desse continente.

O Japão, país insular geograficamente limitado, transitou (principalmente em razão de pressões externas) de séculos de isolamento sob um regime feudal para um regime capitalista progressista. Passou por um período de expansionismo imperialista que o levou a várias campanhas militares no continente; e tem sido, após a Segunda Guerra Mundial, o grande aliado asiático dos Estados Unidos, inicialmente para ajudá-los a conter os avanços do comunismo na Ásia e, com o término da Guerra Fria, como parceiro em busca de uma influência continental capaz de contrabalançar o vertiginoso crescimento chinês na região. Seu regime imperial, hoje parlamentarista, sobreviveu a todas as transformações sociopolíticas da história moderna e experimentou, a partir de meados dos anos 60, um grande desenvolvimento econômico, tornando-se exportador de capitais e de produtos intensivos em tecnologia avançada, ao mesmo tempo em que equaciona de forma satisfatória a importação de matérias-primas e petróleo, dos quais é extremamente dependente. Tendo alcançado a posição de segunda economia do planeta, seu papel econômico na Ásia é de grande relevância, inclusive no que diz respeito à promoção do desenvolvimento de outros países asiáticos, mas o

arrefecimento da economia em anos mais recentes, aliado a problemas de política interna e à excessiva dependência dos Estados Unidos para sua defesa, representa óbice à afirmação japonesa na Ásia.

A China comporta a maior população mundial, somando cerca de 1,3 bilhão de habitantes, e ocupa enorme extensão territorial no continente, tendo sido, no século XVIII, a nação líder incontestada da região. Nos séculos XIX e XX, contudo, começando pela Primeira Guerra do Ópio, em 1839, foi alvo de invasões e agressões imperialistas colonialistas dos ingleses, alemães e japoneses, com severas consequências para seu desenvolvimento social, político e econômico. Após a Segunda Guerra Mundial tornou-se, em 1949, a República Popular da China (RPC), em decorrência da vitória dos revolucionários comunistas liderados por Mao Tsé-Tung sobre os nacionalistas que, derrotados, vieram a estabelecer-se em Taiwan. O estabelecimento da RPC foi, para o resto do mundo, o marco de que a China (com as importantes exceções de Taiwan, Hong Kong e Macau) estava finalmente unificada e dotada de um governo central dominante. Com a morte de Mao em 1976, o novo líder chinês, Deng Xiaoping, reorientou os rumos da nação, implementando uma nova filosofia de desenvolvimento com bases capitalistas, embora permanecendo o comando político do país sob o regime comunista. Fruto dessas mudanças, a China vem experimentando, desde meados dos anos 80, um crescimento econômico espantoso, com seu PIB crescendo a taxas percentuais médias de dois dígitos por ano, o que torna o país um ator privilegiado no cenário e nega ao Japão a liderança continental.

Enquanto o Japão busca recuperar-se de seus problemas econômicos, remover óbices à reformulação de seu poder militar e aumentar a expressão de sua presença nos fóruns inter-

nacionais, visando assumir a postura de um *player* estratégico mais ativo e menos dependente dos Estados Unidos (EUA) no concerto das nações, a China vem apresentando importante crescimento político, econômico e militar no mesmo cenário geopolítico, conquistando uma posição proporcionalmente mais forte no continente asiático. A contraposição dessas tendências e interesses, se não tratada com sucesso pela diplomacia, pode ser um fator desagregador dos esforços de ambos os países pela normalização de suas relações, que são freqüentemente vistas pelos analistas como uma mistura de matérias capazes de levar à convergência ou à divergência, à coexistência pacífica ou à confrontação, com igual facilidade.

Essa disputa vem até agora se dando pela via pacífica, mas tem lugar sob um notável desbalanceamento de poderes regionais. Eis que a China desfruta de grande poder militar (inclusive em termos de armamento nuclear e seus vetores de longo alcance, sendo de ressaltar que os gastos militares chineses têm tido crescimento médio anual próximo dos 15%, desde 1989) e é membro efetivo do Conselho de Segurança da ONU. Já o Japão permanece sob as limitações impostas pela derrota na Segunda Guerra Mundial, que inviabilizam o crescimento de suas forças armadas, e não tem logrado sucesso em desempenhar um papel mais proeminente no concerto internacional, tendo inclusive falhado em conquistar lugar no referido Conselho.

Poder-se-ia dizer, como defende Pepe Escobar em *21: o Século da Ásia*, que China e Japão são potências complementares, de vez que em cooperação poderiam organizar o compartilhamento da hegemonia da Ásia no século XXI. Embora teoricamente

admissível, essa colocação idealista é influenciada por relações muito complexas e traumas históricos indelévels, num cenário em que o Japão mostra-se líder em economia e tecnologia, todavia com influência política limitada, enquanto a China emerge como potência territorial, política, econômica e militar de grande peso internacional, sendo vista pelo Japão (e por seu aliado principal, os EUA) como uma ameaça potencial. É bem verdade que os dois gigantes da Ásia somam cerca de 3/4 da atividade econômica da região e dobraram seu comércio bilateral nos últimos cinco anos. Mas é também verdade que as relações entre ambos vêm se desgastando e que seus gastos militares representam 50% dos dispêndios regionais para

fins bélicos, preocupando a Ásia e o Ocidente (particularmente os EUA, que observam com receios o fato de que o orçamento militar chinês tem crescido em percentuais muito elevados ao longo de 17 anos).

A China emerge como potência territorial, política, econômica e militar de grande peso internacional

Samuel Huntington, em sua obra *The Clash of Civilizations and the remaking of the world order*, definiu, com a concordância de expressiva quantidade de cientistas políticos modernos, a existência de oito grandes civilizações na divisão da humanidade de hoje: a **Ocidental (Europa, EUA, Canadá e Austrália)**, a **Latino-Americana**, a **Africana**, a **Islâmica**, a **Ortodoxa (nucleada na Rússia)**, a **Hindu**, a **Japonesa e a Sínica (ou Confuciana, ou Chinesa)**. Entender suas peculiaridades é importante para a compreensão das relações entre os países que as hospedam.

Segundo Huntington, a **Civilização Chinesa (ou Confuciana, ou Sínica)**, que tem como estado-núcleo a China (e abrange também comunidades chinesas do sudeste asi-

ático, a Coreia e, parcialmente, o Vietnã), tem formas de governo em grande parte ainda autoritárias, fruto das convulsões políticas que abalaram a área que ocupa. Seu estado-núcleo, embora permanecendo um regime comunista, é hoje uma potência econômica e militar no planeta, atraindo rapidamente capitais e empresas de todo o mundo ocidental (inclusive dos EUA) e tendendo a se tornar a grande desafiadora da hegemonia norte-americana que emergiu da dissolução da União Soviética e do fim da Guerra Fria. A China representa um enorme mercado de quase um bilhão e meio de pessoas, cuja religião principal é o confucionismo, e enfrenta sérios e igualmente enormes problemas sociais, mormente quando observadas as grandes desigualdades entre as populações urbanas e rurais. Não são menores os desafios econômicos, particularmente agravados por carências de energia e matérias-primas para sustentar o célere crescimento chinês de épocas recentes (sustentabilidade que muitos analistas questionam).

A **Civilização Japonesa**, segundo o mesmo autor, desde quatro séculos antes da Era Cristã, já adquiria características próprias, apesar das possíveis origens comuns que remotamente podem tê-la ligado à chinesa. Seu estado-núcleo, o Japão, é limitado em espaços geográficos e é também carente (mais do que a China) de recursos naturais para crescer, o que o tem levado, ao longo dos tempos, a guerras de conquista em terras de seus vizinhos continentais para su-

prir-se dos insumos estratégicos indispensáveis ao seu desenvolvimento. Ainda que derrotado na Segunda Guerra Mundial (o que o fez aceitar limitações na capacitação militar e no exercício da política externa), é hoje sede de uma das civilizações mais tradicionais e tecnologicamente mais avançadas do mundo, não tendo abandonado seu desiderato de firmar-se como potência asiática e mundial, *status* este que já ostenta sob o ponto de vista econômico. Essa vontade é mais perceptível desde o fim da Guerra Fria. Diante da percepção do grau de liberdade conquistado pela China para crescer,

o Japão procura intensificar sua política de segurança e manifesta maior interesse em ser reconhecido como potência continental e mundial; e, para ambos esses objetivos, necessita robustecer o seu Poder Militar.

Historicamente, um dos países tem sido sempre mais forte e próspero que o outro. Antes do século XIX, a China foi dominante. Após a Restauração Meiji, em 1868,

o Japão a predominar. Mais recentemente, a partir de meados do século XX, o rápido crescimento chinês, ocorrido no período em que teve início a estagnação da economia japonesa (anos 80/90), revelou um cenário ainda não resolvido de disputa por áreas de influência na Ásia, onde se enfrentam uma potência amadurecida em fase de recuperação (Japão) e uma outra, emergente, em célere evolução (China), com tendências à prevalência da segunda, num horizonte temporal próximo.

O Japão, aparentemente mais estável a curto prazo, precisa do mercado chinês e asiático em geral, interessando-lhe uma China estável. A China necessita de capital e de tecnologia japoneses, e tem o Japão como seu segundo parceiro comercial, depois de Hong Kong

Observa-se, portanto, que a disputa por uma possível hegemonia asiática é uma luta de gigantes, ainda que territorialmente e demograficamente um seja muito maior que o outro, e que as potências rivais têm carências e dissensões políticas capazes de desestabilizar a área em que tentam ampliar suas influências. Não há como deixar de considerar, todavia, que presentemente existem importantes interdependências econômicas entre ambos, clamando por uma convergência de interesses. O Japão, aparentemente mais estável a curto prazo, precisa do mercado chinês e asiático em geral, interessando-lhe uma China estável. A China necessita de capital e de tecnologia japoneses, e tem o Japão como seu segundo parceiro comercial, depois de Hong Kong. Mas as culturas econômicas são bem distintas, e cada um tende a impulsionar o desenvolvimento asiático à sua maneira – o que gera conflitos de interesses no século recém-inaugurado, apesar dos incentivos econômicos ao crescimento conjunto e pacífico de ambos. Há fundados receios, como manifestou Kent Calder no artigo *China and Japan Simmering Rivalry*, de que as relações sino-japonesas possam se deteriorar ao ponto que levou a rivalidade anglo-germânica à Primeira Guerra Mundial, há quase um século, principalmente em razão das inconfessas ambições chinesas de liderança e de seus receios quanto à remilitarização do Japão. Lembra Calder que as percepções fluidas das sociedades sobre o poder e o medo são causas clássicas das guerras; que essas percepções estão presentes na Ásia de hoje, inclusive exacerbadas por um nacionalismo chinês ressurgente, que trás à superfície memórias indeléveis da Segunda Guerra Mundial e de conflitos regionais antecedentes, danosas para a imagem do Japão no continente; e que o crescente poderio chinês é visto como uma ameaça por expressiva par-

te da sociedade nipônica, também nacionalista, e pelos EUA, principal aliado do Japão no Oriente.

É perceptível que a China moderna, em sua trajetória rumo à hegemonia asiática, procurou o caminho da flexibilidade diplomática, da remoção dos óbices ao crescimento por meios pacíficos e do favorecimento da formação de um mundo multipolar. **Não interessa à China um ambiente de contenciosos capazes de prejudicar o ritmo de desenvolvimento que, assombrando o planeta, vem conseguindo manter com altas taxas, há mais de duas décadas.** Analistas do crescimento chinês identificam que a preservação do *status quo*, ou seja, a manutenção da ordem mundial vigente, ainda que sob a atual hegemonia americana, é mais favorável aos seus objetivos do que um ambiente de confrontações. Nada parece preocupar mais a China do que a desestabilização do Mar da China Oriental, da península coreana (ainda dividida em duas Coreias) ou do Oriente Médio e Próximo (que lhe garantem grande parte do suprimento de petróleo). Previsões de alguns analistas consideram possível a China vir a ultrapassar o poderio econômico norte-americano se o mundo permanecer estável e se for sustentado seu ritmo de crescimento. Para tanto, obviamente a paz e a estabilidade na Ásia e nas relações com o Japão são metas da diplomacia chinesa. Essa postura chinesa, aliás, tem base em sua história: entre os séculos XI e XVIII, a China foi economicamente poderosa, e alcançou esse *status* sem guerras (exemplo que os ocidentais e o Japão não conseguiram imitar). Mas é preciso levar em conta que, se obstaculizado o desenvolvimento chinês, frentes de confrontação poderão se desenvolver entre China e Estados Unidos (e nas relações sino-japonesas, em face da consagrada parceria nipo-americana do pós-Segunda Guerra Mundial).

Em 1970/71 a China reaproximou-se dos Estados Unidos, depois de romper com a

URSS. E, desde 1971, a China colocou (e vem coerentemente mantendo válidos) os princípios que devem nortear as boas relações sino-americanas e sino-japonesas: a República Popular da China (RPC) é o único governo legal que representa a China e os chineses; Taiwan é parte inseparável do território chinês; e os acordos firmados no passado entre o Japão e o líder chinês Chiang Kai-Shek (nacionalista derrubado pela revolução comunista chinesa, fato gerador da questão de Taiwan) são ilegais e devem ser anulados. Após intensas negociações diplomáticas, China e EUA convergiram posições e divulgaram, em 1972, um comunicado conjunto normalizando relações bilaterais, as quais vêm revelando resultados positivos em vários domínios, todavia sem apagar de todo os fatores capazes de desestabilizá-las.

No presente, evidencia-se que a China passa a desempenhar um papel econômico importante em virtude de um fenômeno um tanto incômodo para um país comunista: o ingresso no regime capitalista, ainda que matizado pelos ideais socialistas. Esse caminho foi identificado como necessário para manter taxas de crescimento anuais superiores a 6% ou 7%, fundamentais para sustentar um crescimento populacional de mais de 14 milhões de pessoas por ano, já que níveis mais baixos de crescimento poderiam gerar instabilidades sociais numa nação conduzida com rigidez pelo Partido Comunista, que sufoca vigorosamente a oposição política ao regime. Ao mesmo tempo, essa opção leva a China a um comportamento mais agressivo no cenário econômico mundial, tornan-

do-a, desde os anos 80, um pólo de atração para investimentos externos e créditos internacionais (inclusive dos EUA e Japão). Seu comércio internacional saltou de 1 bilhão de dólares nos anos 1950 para 400 bilhões em 2000, crescendo 15% ao ano desde 1978; seu sistema educacional passou por reformas profundas; sua pauta de exportações diversificou-se na direção dos produtos industrializados; suas relações comerciais e financeiras com o resto do mundo cresceram substancialmente, tendo seu superávit comercial com os EUA se tornado duas vezes maior que o japonês; suas importações de petróleo e matérias-

primas são gigantescas; e a economia chinesa cada vez mais se consolida num papel central na Ásia e no mundo – já ocupa o 4º lugar em porte no *ranking* mundial, tendo passado a Inglaterra (e podendo em breve vir a ultrapassar a Alemanha, tornando-se a 3ª). Cuidar da estabilidade desse cenário é, portanto, uma meta da diplomacia chinesa, consciente das prioritárias carências sociais e de quanto a China

Quando da crise financeira que abalou a Ásia em 1997-1998, a China manteve um firme controle do câmbio, não desvalorizou sua moeda, resistiu às pressões do FMI e preservou suas oportunidades de crescimento, quando todos os vizinhos sofreram enormes perdas

prende as atenções do mundo com seu vasto e rápido crescimento.

A diplomacia chinesa também soube tirar partido de momentos difíceis na região. Quando da crise financeira que abalou a Ásia em 1997-1998, a China manteve um firme controle do câmbio, não desvalorizou sua moeda, resistiu às pressões do FMI e preservou suas oportunidades de crescimento, quando todos os vizinhos sofreram enormes perdas. Com habilidade, a China ofereceu ajuda a todos, a juros baixos, e auxiliou na estabilização da crise regional mediante

o incremento das importações, enquanto Japão e EUA se tornavam alvo de críticas por suas atitudes pouco incisivas ou hesitantes. Atitude típica de quem aspira liderar, aliando crescimento à estabilidade política (embora sem fazer concessões à democracia, pois, apesar do fracasso do regime socialista na Europa e no resto da Ásia, o Partido Comunista Chinês permanece firme no comando do Estado e da nação).

Domesticamente, o governo chinês tem a percepção de que sua aceitação política deriva essencialmente do rápido desenvolvimento, e deverá fazer todo o possível para manter a meta de crescimento anual de pelo menos

7% (que vem sendo superada, dado que há mais de 25 anos o PIB vem se expandindo a uma média de 9% ao ano, freqüentemente alcançando dois dígitos). Os líderes chineses continuam se intitulando comunistas, mas na prática conduzem os negócios do país sob os princípios capitalistas (como disse Deng Xiaoping, "não importa se o gato é preto ou branco, desde que pegue o rato"). Há um gi-

gantesco mercado interno de consumidores em formação, um vasto contingente de trabalhadores de baixo custo, uma carência de 12 a 15 milhões de novos empregos a criar a cada ano, uma migração de mais de 100 milhões de trabalhadores rurais (sem seguro social, assistência de saúde ou moradia fixa) para os centros urbanos, e um universo de 800 milhões de pessoas vivendo no campo em condições precárias. Diante disso, nada pode ter prioridade nacional maior do que o desenvolvimento e a geração de empregos para evitar a

convulsão social, num país em nítida transição de um regime econômico para outro.

Domesticamente, ainda, a China enfrenta não poucos desafios. A geração de energia está atingindo limites comprometedores do crescimento. A infra-estrutura nacional é precária. A economia é superaquecida, podendo gerar "bolhas" perigosas. O governo abriu as torneiras do crédito, gerando excessos de produção em vários setores, que precisam de mercado externo. O nível de investimento é considerado exageradamente alto, gerando dívidas cujo saneamento pelo retorno do capital investido causa preocupação. O capitalismo chi-

A China esforça-se por restabelecer o clima de boas relações e de abertura com os Estados Unidos, iniciado em 1971 com a aceitação da RPC nas Nações Unidas em lugar de Taiwan e com a visita presidencial de Richard Nixon ao país, no ano seguinte

nês, em sua fase de transição, não se encontra solidamente amparado em legislação adequada, no respeito à propriedade e na liberdade de mercado, ainda incipientes. Os empreendimentos estatais ainda são norteados mais pelo dirigismo e pelas alocações de cargos do que pela lucratividade tipicamente capitalista, tornando-os pouco competitivos em relação aos padrões ocidentais.

A estrutura financeira dos bancos não segue os padrões ocidentais de alocação racional de capitais, o que a torna vulnerável a choques externos. Esses fatores podem afetar, num futuro ainda não muito previsível, a sustentabilidade do crescimento econômico e da estabilidade interna; e são fatores influentes nas relações sino-japonesas no que concerne à disputa pelo predomínio de influências na Ásia. Se hoje esse predomínio pende para o lado chinês, uma desestabilização na China po-

derá mudar o cenário asiático futuro; e o Japão estará atento às oportunidades.

A China esforça-se por restabelecer o clima de boas relações e de abertura com os Estados Unidos, iniciado em 1971 com a aceitação da RPC nas Nações Unidas em lugar de Taiwan e com a visita presidencial de Richard Nixon ao país, no ano seguinte. Apesar do problema de Taiwan continuar delicado, a China do pós-Guerra Fria não deseja dar margem à criação de uma situação semelhante à que fez desmoronar a União Soviética, esgotada por décadas de uma corrida armamentista alimentada pela bipolaridade e pela ameaça de guerra nuclear. Mas não se descuida, dedicando expressiva parcela do produto nacional bruto às suas forças armadas (com gastos militares que cresceram de cerca de 4 bilhões de dólares em 1991 para 24 bilhões em 2004); e assim age ao mesmo tempo em que cultiva relações estáveis com os EUA (desde que os americanos não hostilizem o crescimento chinês e não voltem a apoiar o separatismo de Taiwan, como fizeram no passado, respaldando o regime nacionalista refugiado em Taipei; e desde que a situação na península coreana não deteriore a ponto de colocar China e EUA em confronto). Num contexto de paz, os investimentos americanos na China deverão continuar, e a China continuará a investir pesadamente em títulos da dívida pública norte-americana, que já possui em enorme quantidade e que lhe trazem certa dose de segurança nessas relações.

Apresentada essa visão panorâmica, examinemos mais de perto os principais fatores capazes de desestabilizar as relações sino-japonesas.

A questão de Taiwan

A questão de Taiwan merece realce por sua expressividade estratégica. A Guerra Fria, ao colocar em pólos opostos o Ociden-

te e o Oriente, sempre teve em seu palco as dissidências entre a República Popular da China e os EUA, envolvendo Taiwan e a península coreana. A China apóia a reunificação das Coreias e vem estimulando (após o encontro havido em junho de 2000, em Piongyang) as relações econômicas (que desde então cresceram 150%) e o intercâmbio cultural entre as duas Coreias; e não abre mão de considerar Taiwan e as ilhas adjacentes como pertencentes ao seu território, sob o governo sediado no continente. Como na península coreana, a China vem estimulando a cooperação econômica com Taiwan, que já alcança uma centena de bilhões de dólares; mais de 70% dos investimentos de Taiwan foram direcionados para o continente em 2004; mais de 10% da força de trabalho da ilha atua na China; e algumas das mais fortes empresas exportadoras chinesas são de propriedade de empresários de Taiwan. Mas não têm sido abandonadas as várias formas de pressão para enfrentar o sentimento de independência que vem se mostrando crescente no pós-Guerra Fria em alguns meios políticos taiwaneses (as mais recentes eleições presidenciais em Taiwan têm mostrado a forte presença de candidatos favoráveis à independência). Dentre outras medidas, o parlamento chinês aprovou, em 2005, a *Anti-Secession Law* como parte de uma política anti-separatista, lei esta que considera claramente o uso de meios não pacíficos – e de quaisquer outras medidas necessárias – para conter movimentos independentistas, o que é preocupante sob o ponto de vista japonês e estadunidense.

Efetivamente, não é matéria trivial caracterizar o real *status* político de Taiwan. A controvérsia reside em distinguir se Taiwan deve permanecer como integrante da República da China (*Republic of China*, ROC) ou unificar-se com os territórios continentais governados pela PRC (*People's Republic of China*) ou ainda tornar-se a

República de Taiwan. Essa controvérsia está, por sua vez, contida em outra, que discute se a ROC é um Estado legítimo e reconhecido. Correntemente, Taiwan e outras ilhas vizinhas pertencem à jurisdição da ROC, que é a contração insular resultante da derrota dos nacionalistas de Chiang Kai-Shek frente aos comunistas de Mao Tsé-Tung na guerra civil chinesa e da consequente realocação do governo nacionalista em Taipei, na então Ilha de Formosa, em 1949. A PRC tem a inabalável posição de que a ROC deixou de ser um governo legítimo após a fundação da primeira, em 1949; que a PRC é a única sucessora legítima da ROC para governar a China como um todo, inclusive Taiwan, sob a teoria da sucessão dos Estados; e que Taiwan é parte inalienável da China unificada. O reconhecimento pela ROC da expressão *uma única China* é colocado pela PRC como condicionante de quaisquer negociações. Quando muito, a PRC flexibiliza aceitando a política de "um país, dois sistemas" (como adotado em Hong Kong), mas não aceita normalizar relações diplomáticas com países que as mantêm oficialmente com a ROC.

Dado que a ROC perdeu para a PRC seu assento na ONU em 1971, a maioria dos Estados soberanos passou a reconhecer a PRC como a única representação legítima de toda a China. Os Estados Unidos fizeram esse reconhecimento em 1979, o que constituiu severo revés para a ROC, mas não deixou de lhe dar suporte político e militar. Não obstante, a ROC ainda mantém, no presente, relações diplomáticas oficiais com 25 Estados (embora não muito expressivos), e *de facto* mantém relações com quase todos os demais. ROC e PRC mantêm relações entre si por meio de agências governamentais, em lugar de fazê-lo por meio de órgãos de relações exteriores governamentais de nível mais alto. Entre

as soluções politicamente consideradas aceitáveis por muitos especialistas, tem-se a da preservação do *status quo*, que consiste em tratar não oficialmente Taiwan como um Estado, ao mesmo tempo em que se deixa claro que não será dado suporte a uma declaração de independência. Mas é fato que a PRC jamais controlou Taiwan desde a fundação da ROC, que efetivamente controla e governa a ilha e considera ser Taiwan um Estado soberano *de jure*. A política do *status quo* é bem aceita internacionalmente porque não define o *status* legal presente ou futuro de Taiwan, deixando a cada grupo de países a liberdade para interpretar a situação conforme suas conveniências políticas. Por outro lado, é criticada por gerar ambigüidades e ser potencialmente geradora de conflito, em caso de erros políticos de cálculo de reações.

Trata-se de situação bastante confusa e complexa. Enquanto o resto do mundo tenta harmonizar o uso das expressões *de facto* e *de jure* para descrever o *status* político de Taiwan e da ROC, a PRC deixa claro (como evidencia a *Anti Secession Law* chinesa, promulgada em 2005) que um conflito armado poderá ser desencadeado caso Taiwan venha a se separar da China sob qualquer denominação; ou se Taiwan for invadida ou ocupada por outras potências, ou delas tiver apoio para a independência; ou se Taiwan continuar a protelar indefinidamente as negociações de reunificação; ou, ainda, se vier a se munir de armas nucleares.

Além da questão da soberania – na qual os chineses deixam claro que qualquer apoio externo (seja americano, japonês ou ambos) ao separatismo será considerado um ato de guerra contra o povo da China –, o governo chinês preocupa-se com o regime econômico da ilha que considera ser sua província, mas admite, com alguma flexibilidade, a discussão entre o capitalismo desenvolvimentista ali adotado e o socialismo mesclado com doses de capita-

lismo que a China vem praticando em busca do crescimento acelerado. Talvez um regime de consenso para Hong Kong ("one country, two systems") seja alcançável pacificamente; mas se falhar a diplomacia, o Mar da China poderá ser palco de uma confrontação do poder naval norte-americano com o chinês (de vez que Taiwan é militarmente inexpressiva diante do poderio chinês, dependendo totalmente dos EUA para sua defesa, em caso de intervenção armada chinesa). As forças navais chinesas na área são expressivas, compreendendo dezenas de fragatas e submarinos, e há centenas de aeronaves de interceptação, mísseis balísticos de curto alcance (SRBM) e milhares de soldados junto ao Estreito de Taiwan (que têm se exercitado em treinamentos voltados para uma invasão da ilha). Para se ter idéia do tamanho da preocupação chinesa com os desdobramentos da questão, há receios de que, estimulada por políticos radicais da ilha, seja feita uma declaração de independência de Taiwan durante os Jogos Olímpicos de 2008 na China. Se isso acontecer, será

acontecimento desastroso para a estabilidade regional (e não tardará a ser considerado pelos radicais chineses como tendo sido estimulado também pelos EUA e Japão, deteriorando as relações sino-americanas e sino-japonesas).

As preocupações chinesas com o movimento pela independência têm fundamento nas posturas políticas do partido que atualmente governa Taiwan, cuja linha é democrática e, segundo analistas, separatista. As eleições presidenciais de 2008 prometem um

embate entre o Partido Democrático Progressista governante e o antigo Kuomintang nacionalista, que hoje ataca o governo com denúncias de corrupção e assume posturas colidentes com o passado, entendidas como favoráveis à reunificação com a China continental. O atual governo tomou atitudes que a China considera desafiantes, como remover o nome China de todas as empresas estatais, substituindo-o por Taiwan ou por siglas, e tomou também atitudes voltadas para apagar a importância de Chiang Kai-Shek (e de seu sucessor e filho, Chiang Ching-Kuo) na formação de Taiwan, por considerá-los

autoritários e ditatoriais (de fato, foram governos autoritários, e somente após a morte do segundo tiveram lugar as reformas democráticas). Com isso, acirram-se dissidências internas e observam-se manifestações do governo chinês de que uma estratégia ideológica está sendo usada pelos atuais governantes para fortalecer o separatismo (como comentou o jornalista Gilberto Scofield em *O Globo*, em 3/6/2007).

Não se pode esquecer que a China, apesar do término da Guerra Fria – e extravasando o problema de Taiwan –, continua a investir pesadamente no desenvolvimento de capacitação nuclear e na tecnologia de mísseis balísticos intercontinentais de múltiplas ogivas nucleares, lançados de terra ou de submarinos de propulsão nuclear (capazes inclusive de atingir os Estados Unidos). Essa política não contribui para firmar a estabilidade regional, nem mundial, e leva o Japão a ver o poder

Não se pode esquecer que a China, apesar do término da Guerra Fria, continua a investir pesadamente no desenvolvimento de capacitação nuclear e na tecnologia de mísseis balísticos intercontinentais de múltiplas ogivas nucleares, lançados de terra ou de submarinos de propulsão nuclear

militar da China como uma ameaça à segurança do império nipônico.

Nesse contexto, o Japão, que desde a derrota na Segunda Guerra Mundial ficou militarmente cerceado, comporta-se como um espectador dependente, fiando-se no poderio norte-americano. Por lhe faltar maior poder militar, é mais pragmático acompanhar o tratamento da questão pelos americanos. Acresce que, apesar de seus elevados interesses estratégicos na área, não poderão os nipônicos (tal como os americanos) recuar da posição de reconhecimento da soberania chinesa sobre a Ilha de Taiwan e adjacências. A postura chinesa (leia-se RPC), com respaldo na Declaração do Cairo de 1943 e na Declaração de Potsdam de 1945, aceita pelo Japão e que o obrigou a devolver Taiwan e ilhas adjacentes à China, é de conduzir a questão pela via diplomática, evitando abalos à segurança da região que tende a liderar (a menos que os EUA, impregnados pela hegemonia da *pax americana* do pós-Guerra Fria, enxerguem ameaças à sua sociedade causadas pelo crescimento chinês na Ásia e provoquem a ira chinesa, via intervencionismo). Mas são evidentes as preocupações de ambos, EUA e Japão, com a mobilização militar voltada para Taiwan, pois os mísseis chineses alegadamente posicionados para defender a ilha poderiam facilmente alcançar cidades japonesas e a Ilha de Okinawa, onde está estacionada a maior parte das tropas americanas no Japão. Isso levou o Japão e os EUA a procurarem neutralizar essa ameaça, desenvolvendo em conjunto um programa de mísseis de defesa antimísseis balísticos, cujos testes tiveram início em 2006 nas ilhas havaianas, despertando novas preocupações nas autoridades chinesas. São também evidentes as reprovações da China ao fato de que o Japão continua a manter relações bilaterais com o governo da ilha, afron-

tando a soberania chinesa (que aceita a co-operação econômica entre Japão e Taiwan, mas não na forma de relações de governo a governo). E são profundamente incômodas para a República Popular da China as manifestações de estrategistas japoneses sobre a conveniência da independência de Taiwan, não apenas por controlar estrategicamente rotas marítimas vitais para o Japão, mas também por tornar o Império do Sol Nascente mais vulnerável, caso seja a ilha reincorporada plenamente à China.

A península coreana

Na perigosa questão, agravada em 2002 (e novamente em 2006), da nuclearização militar da Coreia do Norte – cujo regime totalitário comunista é suportado pela China –, a participação chinesa no Grupo dos Seis (China, Coreia do Sul, Rússia, Estados Unidos, Japão e Coreia do Norte), criado para aplacar a crise, vem sendo conciliadora e tenta conter os excessos norte-coreanos, capazes de causar sério abalo na estabilidade regional. Nesse episódio, a China tem mostrado maturidade política, revendo inclusive posições de alianças passadas, embora não possa se livrar tão cedo do fardo norte-coreano (que, sob o prisma estratégico, ainda é um colchão entre a presença americana na Coreia do Sul e as fronteiras chinesas). Não obstante, falharam os esforços do sexteto, pois, em outubro de 2006, a Coreia do Norte, desafiadoramente, iniciou seus primeiros testes com bombas atômicas, gerando protestos internacionais generalizados e sanções políticas e econômicas pelas Nações Unidas, EUA, Japão, China e outros países. Na ocasião, os norte-americanos deixaram claro que a opção militar não está desprezada para conter os coreanos (opção esta, porém, não apoiada pela China nem pela Rússia no Conselho de Segurança da ONU). O Japão, desejo de

mostrar maior responsabilidade no cenário, aplicou medidas unilaterais duras contra a Coreia do Norte, em adição às sanções decididas na ONU. Se China, EUA, Japão e Rússia não tiverem posições convergentes e serenas sobre a agressividade da Coreia do Norte, a península pode ser palco de confronto de conseqüências imprevisíveis para a estabilidade asiática e mundial.

O regime norte-coreano, pressionado mundialmente, mostrou, em novembro de 2006, tendências a voltar às conversações do Grupo dos Seis, mas manifestou que

nele não deseja a presença do Japão, o que bem exemplifica os ressentimentos históricos e as reservas dos coreanos contra os nipônicos. No início de 2007, após a promessa de desativar reatores nucleares em troca de auxílio econômico e energético, voltou atrás, trazendo as

conversações a novo impasse; em meados desse mesmo ano, diante da liberação de recursos financeiros que se encontravam bloqueados em Macau, deu novamente mostras de querer negociar, mas a confiança internacional nessa flexibilização não é das maiores.

É relevante observar que a China tem em suas mãos a sobrevivência do paupérrimo regime comunista norte-coreano, a quem dá sustentação política e econômica. Basta lembrar que a China supre mais de 60% das necessidades alimentícias da Coreia do Norte e grande parte de suas necessidades energéticas, mas essa sustentação representa um dilema para o governo chinês. Se, diante de compromissos decorrentes da Guerra da Coreia nos anos 50 do século passado, a China ousar apoi-

ar uma reunificação *manu militari* da península partindo da Coreia do Norte, defrontar-se-á com a enérgica reação dos Estados Unidos, Japão e Coreia do Sul. Se, por outro lado, silenciar diante de uma absorção vinda do Sul, estará se rendendo aos interesses desses três países e perdendo força política, ao ver plantada em seu quintal meridional uma república capitalista aliada dos EUA, armada pelos americanos e fortemente desenvolvimentista, e ver-se-á ameaçada por uma possível onda migratória de norte-coreanos miseráveis,

É relevante observar que a China tem em suas mãos a sobrevivência do paupérrimo regime comunista norte-coreano, a quem dá sustentação política e econômica

em fuga do regime colapsado. No contexto das relações sino-americanas e sino-japonesas, essas hipóteses têm que ser sempre consideradas, mesmo que não se afaste uma terceira, qual seja a da unificação da península pela via pacífica da negociação, contemplando

da melhor forma possível os interesses de todos os atores principais (como ocorreu com a reunificação da Alemanha após a insolvência soviética).

A disputa pelas ilhas no Mar da China

A questão territorial, que na verdade se traduz numa questão energética, é também espinhosa, envolvendo disputas sobre as Ilhas Diaoyu (do lado chinês), ou Senkaku (do lado japonês), bem como outras menores, na área marítima entre Taiwan e o Japão (Mar da China Oriental), ricas em petróleo e gás. Lembremos que o Japão importa 99% de suas necessidades de petróleo e gás, e que a China em grande crescimento é também muito necessitada desses recursos. Isso torna as jazidas sob o Mar

da China Oriental atraentes como fonte de energia, gerando disputas patrimoniais perigosas.

A China sempre enfatiza que, em 1945, o Japão aceitou a Declaração de Potsdam, derivada da Declaração do Cairo de 1943, que contemplava não só a devolução de Taiwan como também a das ilhas adjacentes, mas não tem havido consenso nas negociações sobre a posse e a demarcação territorial das jazidas submarinas, que a China entende estarem situadas num prolongamento natural de sua plataforma continental e que o Japão entende pertencerem à sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE). Tendo a China iniciado, em 2004, explorações na área em litígio (campos de gás de Chunxiao), e tendo o Japão seguido o mesmo caminho, isso foi visto por ambos os lados como uma provocação. O Japão alega que parte do gás está sendo extraída de seu território pelos chineses.

Historicamente, o Japão, em 1874, tirando partido da fraqueza chinesa diante de invasões colonialistas ocidentais, tomou-lhe as ilhas Okinawa, e no tratado de paz da primeira guerra sino-japonesa, em 1895, os japoneses vencedores receberam as ilhas de Taiwan e Diaoyu (Senkaku, para os japoneses). Mais tarde, deu-se a guerra de 1937 entre os dois países, que se prolongou até 1945, quando então o Japão, derrotado na Segunda Guerra Mundial, teve que devolver Taiwan (que, após a revolução comunista de 1949 na China, separou-se e constituiu a República Nacionalista da China). Ainda sob as negociações do pós-Segunda Guerra Mundial, o Japão relutou em devolver Diaoyu, pois a existência de ricos depósitos de hidrocarbonetos na desabitada ilha já era suspeitada.

O contencioso é complexo, reunindo ingredientes potencialmente geradores de conflito, e permanece vivo, ainda que ten-

do ficado amortecido desde o reatamento das relações entre China e Japão em 1972. Mas em 2004, além da tensão causada pela construção pelos chineses de uma linha de exploração de gás natural nas águas disputadas, um submarino nuclear de ataque chinês foi detectado em águas japonesas, gerando forte reação, não amenizada pelas explicações chinesas. Há também alegações japonesas de um grande aumento da presença irregular de navios de guerra chineses em sua ZEE, a partir de 2000.

A disputa territorial foi remetida para o âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, podendo potencialmente deteriorar a relação entre os dois países, que dificilmente se conformarão com decisão desfavorável, sendo que o Japão defende uma linha divisória das águas do Mar da China Oriental equidistante da costa chinesa e do território insular japonês, enquanto a China defende a extensão de suas águas territoriais até o limite da plataforma continental chinesa, o que reduz o mar patrimonial japonês.

Nesse contexto de disputa pelo mar patrimonial, a China, para preocupação do Japão, não esconde o esforço para aumentar seu poder naval e formar uma *blue water navy*, o que traz implicações no controle das vias marítimas do Mar da China, essenciais para a sobrevivência da economia japonesa. As razões do Japão para preocupar-se com a expansão e a modernização do poderio naval chinês ficarão mais evidentes ao estudarmos, adiante, o cenário marítimo.

A aliança de defesa Japão/EUA

O complicado cenário contempla ainda a questão do contínuo estreitamento dos laços militares entre Japão e EUA, que os chineses acusam de incentivar a remilitarização japonesa e de fazer do Japão um forte protagonista na arquitetura de defesa americana

neste início de século. De fato, Japão e EUA divulgaram, em 1996, uma declaração conjunta de cooperação e segurança e revisaram, em 1997, os princípios de cooperação e defesa que vigiam desde 1978, incomodando a China por causar desbalanceamento de poderes militares na região. Em 2005 firmaram novo acordo, pelo qual, dentre outros aspectos, a segurança do Estreito de Taiwan se torna um objetivo estratégico comum a ambos, o que, na visão chinesa, é uma atitude intromissiva e agressiva aos seus direitos de soberania sobre a área.

O já mencionado movimento político no Japão pós-Guerra Fria para modificar a Cons-

tituição pacifista do pós-Segunda Guerra, reduzindo as atuais restrições aos investimentos bélicos, agrava o quadro. Note-se que o Japão, embora limitado pelos acordos pós-Segunda Guerra Mundial e pela carta magna, é o segundo país do mundo que mais

gasta com defesa, e desenvolve com os EUA um programa de tecnologia de defesa antimísseis, armas que a China e a Coreia do Norte possuem em quantidade preocupante. Nesse contexto, a China (que, perseguindo a unificação nacional, nela inclui a plena absorção de Taiwan), diante do comprometimento nipo-americano com a segurança da ilha, mantém mísseis balísticos junto ao litoral, apontados para a província que considera rebelde. Por sua vez, os EUA mantêm nos mares vizinhos uma poderosa esquadra de grupos de ataque nucleados em navios-aeródromos. Obviamente, um Japão rearmado e a presença da 7ª Esquadra da *US Navy* não podem contar com uma despreocupada aceitação chinesa, por maiores que sejam os desejos de boa convivência.

O Japão, embora limitado pelos acordos pós-Segunda Guerra Mundial e pela carta magna, é o segundo país do mundo que mais gasta com defesa

O Japão e a ONU

É também relevante o recente problema da vontade japonesa de contar com assento no Conselho de Segurança da ONU (CS-ONU), que os chineses acham prematura e vêm com desconfiança, ameaçando usar seu poder de veto para impedir algo que a China entende não contar com o consenso regional (pois também é marcante a posição contrária da Coreia do Sul e da do Norte).

A China argumenta, inclusive, que a negativa japonesa em assumir os erros históricos de seu passado belicista não credencia o Japão a assumir as responsa-

bilidades que o CS-ONU impõe. Obviamente, essa atitude chinesa tem a ver com as preocupações de ver o Japão a galgar os degraus de uma ascensão de seu *status* internacional, em prejuízo do *status* chinês. O crescimento do poder decisório japonês na

ONU diante de eventual agravamento de situações como a das Coreias e a de Taiwan justifica as preocupações chinesas.

O Japão, por sua vez, defende a conquista da cadeira argumentando que atitudes chinesas recentes, como a aprovação da lei anti-secessão e as negociações para o levantamento dos embargos europeus à venda de armas para a China, evidenciam a vontade chinesa de imperar militarmente na região, o que poderia ser amenizado com a presença nipônica no Conselho.

A presença norte-americana

É fundamental, nesta análise, considerar o papel do terceiro ator mais proeminente no cenário geopolítico em causa, os

EUA, que indubitavelmente exercem um papel crucial na distensão das relações sino-japonesas. A aliança de segurança firmada entre o Japão e os Estados Unidos, em 1952, estabeleceu a dependência japonesa do poderio americano para a solução de contenciosos regionais críticos, mas a dissolução do regime soviético e o fim da Guerra Fria levaram a uma revisão dos papéis dos dois países, com vistas a maior autonomia japonesa, maior responsabilidade nos gastos com sua defesa e maior participação nos problemas internacionais.

Nessa mesma época, início dos anos 90, a China sofreu grandes pressões internacionais sobre a violação de direitos humanos (por conta dos acontecimentos de 1989 na Praça Vermelha), e veio também a ser vítima de um embargo de fornecimento de armas imposto pela União Européia em decorrência da ocupação do Tibet. Convive, ainda, com o aumento das tensões em relação a Taiwan e com o agravamento das disputas territoriais com o Japão sobre as Ilhas Diaoyu/Senkaku. Embora continuando a priorizar seu crescimento com base na expansão do produto interno e do comércio, o fato é que o somatório dessas circunstâncias vem fazendo, desde então, com que a China, olhando para a forte aliança nipo-americana e para possíveis desdobramentos não pacíficos desses problemas, aumente seus gastos militares em patamares muito elevados, o que naturalmente preocupa não só o Japão, como também os EUA. Para aumentar as ansiedades de ambos, os europeus, particularmente alemães e franceses, diante da atratividade do mercado chinês, consideraram a suspensão do embargo de armas européias para a China, que perdura 16 anos, o que positivamente não contribui para redução dos receios mútuos.

O *approach* norte-americano não deveria ser outro que não o de continuar com as posturas que o país vem praticando desde

a reaproximação iniciada por Nixon com a China e, mais enfaticamente, desde meados dos anos 80: sem deixar de reafirmar a importância da aliança de defesa EUA/Japão, encorajar China e Japão a desenvolverem diálogo próprio em vários campos, inclusive o econômico, o cultural e o da segurança do Leste asiático, encarando a realidade do crescimento chinês sob uma óptica trilateral adequada. A estabilidade política e econômica da Ásia depende, e não pouco, dos interesses e das atitudes da potência hegemônica mundial perante o complexo cenário asiático, e de seus esforços para fazer convergir os interesses chineses e japoneses (mesmo porque esta é a única forma pacífica de permanecerem os EUA exercendo o papel mundialmente reconhecido de *essential power* na Ásia).

Ainda sob a forte influência dos interesses americanos, e podendo afetar as relações sino-japonesas, há que se levar em conta as diferenças de posição dos atores principais quanto aos mecanismos de integração asiática. Se na Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean) a posição americana é de pequena expressão, o mesmo não ocorre na Associação de Cooperação Econômica da Ásia (Apec), na qual exerce papel importante. O peso americano no cenário da integração econômica, portanto, que a China pretende minimizar prestigiando mais a Asean e o Japão tende a maximizar prestigiando a Apec, pode ser gerador de dificuldades nas relações entre Japão e China, requerendo habilidade da política externa japonesa e da americana para conciliar os interesses em jogo. Esses interesses são os que enxergam o Oceano Pacífico como a principal via de integração da grande Ásia com o resto do mundo, e não são diferentes dos que, no passado, com a incorporação da Califórnia ao território dos EUA, estimularam a expansão do poder estadunidense para o Oriente.

De fato, a aliança Japão/EUA tende a ser fortalecida cada vez mais, em paralelo com o surgimento de um movimento para criar uma Comunidade Econômica do Leste Asiático que exclui os Estados Unidos e tende a ser liderada pela China. Para o Japão, no contexto das relações sino-japonesas, e no papel de importante aliado dos EUA para realizar a integração regional em ambiente de prosperidade e paz, a questão de como se envolver no processo diante das ambições chinesas e da exclusão americana é um grande desafio. Igual desafio será lograr consenso com os demais países da região sobre uma visão estratégica para a comunidade, envolvendo não só aspectos econômicos como também políticos e de segurança, pois há fatores desestabilizadores bastante vivos no ambiente.

Merecem também menção os aspectos relativos à aliança entre EUA e Coreia do Sul. Os Estados Unidos têm forças (quase 30 mil militares) estacionadas na Coreia do Sul desde a cessação das hostilidades da Guerra da Coreia, que deteve o avanço comunista para o sul. A Zona Desmilitarizada que divide as duas Coreias é um permanente foco de tensão na Ásia, agora ainda mais tenso depois do episódio das experiências norte-coreanas com artefatos atômicos. Os americanos têm, na região, o duplo encargo de defender Japão e Coreia do Sul. Esse fato faz com que as políticas externas dos três países tenham que ter alguma sintonia (principalmente em relação à desafiante Coreia do Norte), mas com o necessário cuidado para que a China não venha a se sentir ameaçada por suporte militar desproporcional ao que seria aceitável como apenas defensivo, prejudicando as relações sino-americanas e, por consequência, as sino-japonesas.

Estabilidade é palavra-chave para a diplomacia chinesa, mas não é sinônimo de imobilismo político

A rivalidade econômica

Com a Rússia, a diplomacia chinesa negociou de forma satisfatória um acordo sobre os litígios da fronteira oriental, contencioso que vinha desde o fim da Segunda Guerra Mundial. O acordo firmado em Vladivostok em 2005 aplacou os ânimos. Também em 2005, a diplomacia chinesa logrou firmar um protocolo com a Índia para regular o contencioso de fronteira (no nordeste e no noroeste da Índia, neste último incluindo parte da explosiva Caxemira, foco de disputa entre Índia e Paquistão), o qual, desde 1962, tensionava as relações bilaterais. Apaziguados esses pontos, a China vem buscando a neutralidade nas disputas entre Índia e Paquistão, e mostra tendências para negociar um poderoso acordo de uma zona de livre comércio entre os dois maiores gigantes demográficos do mundo (China e Índia).

Na Ásia Central, foi criada em 2001 a Organização de Xangai, abrangendo também a Rússia, o Cazaquistão, o Quirguistão, o Tadjiquistão e o Usbequistão, visando a acordos comerciais e abastecimento de hidrocarbonetos, organização esta que não deixa de ter também um viés político, pois por meio dela russos e chineses mostram interesse em manter controlados e pacificados os movimentos separatistas muçulmanos da região.

Dessas ações diplomáticas resulta alguma confiança local de que a China se tornou boa vizinha, potência regional cujo crescimento não é ameaçador, mas sim um protagonista útil do crescimento asiático, e que, à medida que prossiga seu espantoso desenvolvimento pela via pacífica, contribua para o esforço de integração econô-

mica da Ásia e trate com habilidade os problemas de Taiwan e da península coreana (apesar do recente agravamento deste último), priorizando a diplomacia em lugar de usar a força.

Estabilidade é palavra-chave para a diplomacia chinesa, mas não é sinônimo de imobilismo político. Sob certo ponto de vista, a estratégia da China para o Leste Asiático pode ser considerada como não muito transparente. Enquadra-se nessa visão sua pretensão de criar uma Comunidade Econômica do Leste Asiático afastando os interesses americanos, bem como de criar uma área de livre comércio com a Asean, desenvolvendo para tanto uma diplomacia de vizinhança (*neighboring diplomacy*) que pode incomodar os EUA e o Japão; e, do ponto de vista psicossocial, o governo não tem desestimulado as muitas manifestações antijaponesas no país, que recrudesceram em 2005 e irritam a sociedade nipônica. Operosamente, a China cria o ambiente para a formação de poderoso bloco econômico que, em última análise, pode vir a ser um grande desafio à sobrevivência da hegemonia americana do pós-Guerra Fria e reduz a área de influência japonesa.

A economia representa, como se depreende, fator prioritário a guiar a política interna e externa e a diplomacia chinesas, mas embora se inscreva claramente na visão prospectiva que a China faz de si mesma, propugnando por uma posição de destaque como potência regional e mundial, não é seu único guia. O regime chinês não se mostra omissivo em relação à monopolaridade (centrada nos EUA) que resultou do fim da Guerra Fria: a busca por um mundo multipolar, com expressivo posicionamento chinês dentre os primeiros lugares, é meta estratégica da China. Não obstante, as manifestações de seu governo têm sido com vistas a laborar nesse sentido sem confrontação crítica com

os EUA e seu maior aliado oriental, o Japão. A geração que se encontra no poder parece ter transformado em uma assertiva estratégica o conjunto dos *quatro não* enunciados pelo Presidente da China, Hu Jintao: não à hegemonia, não à política da força, não a uma política de blocos e não à corrida armamentista na Ásia. Disso se pode inferir que, consciente de suas limitações diante do gigantismo norte-americano e do potencial de crescimento de correntes asiáticas (principalmente Japão), Pequim pode praticar uma "diplomacia assimétrica", flexível o bastante para bem equacionar as relações bilaterais, ao mesmo tempo em que participa ativamente das organizações regionais e da junção das relações econômicas multilaterais, em ambiente de baixas tensões. Os acordos com a Rússia e com a Índia e a participação no "sexteto" para aplacar os ânimos bélicos norte-coreanos (que despertaram manifestações inflamadas dos EUA e do Japão), já mencionados, são exemplos bem recentes dessa postura. Outro exemplo é a aproximação comercial chinesa com a Coreia do Sul, apesar de a China carregar o fardo da situação reinante na Coreia do Norte, a quem não pode deixar de dar suporte.

Mas e o Japão diante disso? Alguns analistas mais otimistas enxergam perspectivas de uma aliança política e comercial sino-japonesa num futuro ainda não definido, organizada no contexto da integração asiática sob valores orientais, auxiliando-se mutuamente no enfrentamento da hegemonia mundial norte-americana do pós-Guerra Fria; outros consideram que há muita areia a ser removida desse caminho (que os EUA não verão com bons olhos, pois a existência de uma aliança de superpotências asiáticas, que podem tornar-se hostis aos interesses da sociedade americana, parece ser uma preocupação dos Estados Unidos). Sob a óptica realista, o que

de fato aconteceu é que o Japão vê nesses progressos chineses um grande óbice à expansão de sua área de influência na Ásia.

A partir do crescimento do pós-Segunda Guerra Mundial e até o final dos anos 80 e início dos 90, o Japão mostrava um dinamismo econômico não igualável na região, aparecendo — como já comentado — como o grande pretendente da liderança asiática. O início do século XXI, todavia, já revelava mudanças nesse quadro, decorrentes do processo de estagnação econômica iniciado na década de 90. Houve perda da vitalidade de seu crescimento, causada por circunstâncias diversas, entre as quais a já mencionada dependência militar dos EUA, a falta de projeção nos organismos internacionais e as dissidências internas, o que se traduz por uma fraca atuação de sua política externa, ficando o desenvolvimento econômico limitado às iniciativas do setor privado. Na verdade, diferentemente de um passado mais distante, a política externa japonesa dos anos 90 para a Ásia visava, em face de suas limitações, ao desenvolvimento de relações políticas e econômicas mais voltadas para a estabilidade e a segurança regionais (pensamento decerto influenciado pelos Estados Unidos) do que para o estabelecimento de condições propícias à conquista da liderança regional. A desenvoltura chinesa, porém, tirando inclusive partido dessas debilidades, acaba por se tornar um ingrediente a mais no cenário das rivalidades entre as duas maiores potências regionais.

Outros aspectos dos ingredientes presentes no cenário

Efetivamente, o que há de mais espinhoso nas relações chinesas na Ásia parece ser o Japão, pois, além dos problemas geopolíticos e econômicos existentes, há ressentimentos oriundos das posturas agressivas do Japão Imperial no passado.

No campo dos ressentimentos, a resistência japonesa em admitir em seus livros de história a violência e a crueldade das ações armadas realizadas no continente a partir de 1931; as visitas de autoridades japonesas ao santuário de Yasukuni, onde estão sepultados heróis japoneses (que os chineses e coreanos consideram criminosos de guerra “classe A” por terem executado muitos milhares de chineses e coreanos durante as invasões japonesas); e outros fatores culturais são causadores de periódicos desconfortos diplomáticos, capazes de evoluir para incidentes mais sérios, prejudicando esforços de consolidação de boas relações. A pesada bagagem da história do Japão agressivo e conquistador do passado parece ser a fonte principal do antagonismo público contra o país (na China, na Coreia e em outros países do continente), haja vista que, em abril de 2005, ocorreram grandes manifestações de rua antijaponesas em cidades chinesas, não reprimidas pela polícia, levando o governo japonês a pedir pela segurança dos seus nacionais residentes na China. Mas, logo após os incidentes, o governo nipônico reincidiu em aprovar livros escolares de história que minimizam seus atos de guerra, gerando novos e mais violentos protestos no continente. O resultado é que os pedidos diplomáticos de desculpas não são recebidos no continente como manifestações sinceras de arrependimento japonês: na realidade, a maior parte da opinião pública chinesa prefere acreditar que o Japão não se arrepende de suas agressões passadas.

O problema do reconhecimento formal da história das barbaridades da invasão japonesa à China no início dos anos 30 é agravado pelo incômodo das já citadas visitas de autoridades do governo japonês ao templo onde se reverenciam mais de 2 milhões de soldados japoneses mortos entre a guerra civil de 1853 e o fim da Segun-

da Guerra Mundial e pela glorificação do militarismo japonês nos livros escolares (o que os chineses vêem como um saudosismo nacionalista e belicista dos japoneses). Chineses, coreanos e outros não se olvidam das atrocidades praticadas pelas forças japonesas nas suas invasões, executando friamente muitos milhares de cidadãos desarmados e transformando muitos milhares de mulheres em escravas sexuais dos soldados nipônicos (o massacre de Nanjing é negado pelos japoneses, apesar das evidências). Existe ainda o problema das armas químicas japonesas, que a China alega terem sido abandonadas pelas tropas invasoras em várias províncias, e apesar de a questão das indenizações de guerra ter sido resolvida nas negociações de 1972/1975 e dos diversos pedidos de desculpas japoneses pelo emprego dessas armas, este ponto permanece litigioso, pois a China espera ações efetivas dos japoneses para arcar com o ônus de sua remoção.

No campo político-militar, não são infundados os receios japoneses quanto à posição da Coreia do Norte, já comentada, de dar continuidade ao seu programa nuclear com fins bélicos, desafiando a comunidade internacional e comportando-se como um típico "estado pária". Alegando estar ameaçada pelo poderio nuclear americano e pelas sanções feitas pelos Estados Unidos, Pyongyang, que em 2003 já se afastara do assimétrico Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (ao qual aderira em 1985), descumpriu os compromissos assumidos nas conversações do Grupo dos Seis e deu início, em outubro de 2006, aos testes subterrâneos de armas nucleares. Segundo analistas, a Coreia do Norte já possui material físsil suficiente para fabricar de seis a oito bombas nucleares e está em busca de solução técnica para acomodá-las nas ogivas dos mísseis que, periodicamente, vem testando (como o Taepodong 2, que é suposto ter alcance para atingir o

Alasca). As duas Coreias, a China, o Japão, os EUA e a Rússia vinham promovendo sucessivas reuniões do Grupo dos Seis, que tenta demover a Coreia do Norte de seus planos, mas o governo coreano do norte é esquivo em relação aos compromissos que, de início, parecera ter assumido e, recentemente, protestou contra a presença do Japão neste grupo, por não considerá-lo confiável. Com as experiências de artefatos atômicos, os embargos americanos foram agravados e os Estados Unidos podem ir mais longe, não sendo desprezível a possibilidade de lançarem um bloqueio naval prolongado, capaz de arruinar a economia já miserável do país desafiador. Do lado japonês, Tóquio desde logo anunciou sanções econômicas severas, cortando todas as importações oriundas da Coreia do Norte e fechando seus portos a navios daquele país. No âmbito da ONU, a China foi acompanhada pela Rússia ao não aprovar sanções militares, propostas pelos EUA e observadas com cautela por Japão e Coreia do Sul. As sanções ficaram restritas ao campo político e econômico, incluindo as vistorias de navios destinados à Coreia do Norte (para interceptar materiais sensíveis) e dos oriundos daquele país, destinados aos compradores de mísseis norte-coreanos (Irã, Síria e Afeganistão). Embora sejam medidas pesadas, não há certeza de que os coreanos cederão, ou até que ponto cederão. É inegável, porém, que a China desenvolveu esforços para demover os norte-coreanos, enviando, em outubro, a Pyongyang uma delegação com documento formal de Pequim condenando os testes nucleares, e que, sentindo-se pressionado pelo principal aliado, o governo da Coreia do Norte admitiu voltar a negociar na mesa do Grupo dos Seis, todavia sob certas condições.

China, Coreia do Sul e Japão têm posição coincidente sobre a matéria, reprovando a iniciativa norte-coreana, mas é sabido que a China não consegue, moralmente,

agir de forma suficientemente dura, em face dos compromissos políticos históricos assumidos sobre a questão da reunificação das Coreias. A reunificação pela força, por qualquer dos lados, será prenúncio de guerra, opondo num terreno a China e no outro os EUA e o Japão.

A reconciliação das duas Coreias (que se encontram em armistício, pois desde a cessação dos combates na península, em 1953, nenhum acordo de paz foi assinado) sob auspícios chineses é pouco provável, diante do alinhamento sul-coreano com os Estados Unidos e da enorme diferença em termos de estágio de desenvolvimento entre o sul avançado e o norte atrasado; mas, se algum dia vier a ocorrer, ver-se-á o Japão sob a ameaça de as forças armadas coreanas unificadas superarem em muito, pelo menos em números, suas forças de autodefesa. A propósito, alguns números servem para ilustrar os desequilíbrios de forças na região. Dados do Military Balance 2002/2003, do International Institute for Strategic Studies, mostram a China com o maior efetivo militar do mundo, somando quase 3,5 milhões de militares; em segundo lugar estão os EUA, com cerca de 1,4 milhão de homens em armas; a Coreia do Norte aparece em quarto lugar, com quase 1,1 milhão de militares, logo após a Índia, que tem efetivos de 1,2 milhão. Em quinto vem a Rússia, com quase 830 mil; em sexto a Coreia do Sul, com 680 mil; Taiwan está em décimo, com 370 mil; e o Japão (limitado pela Constituição) está em 19º, com cerca de 240 mil militares. É evidente a desproporção da Coreia do Norte, o que se torna ainda mais claro quando consideradas as proporções de militares em relação à população: a Coreia do Norte ocupa o primeiro lugar mundial, tendo 4,27% de sua população em armas. São dados significativos para se avaliar o potencial beligerante de Estados relevantes na geopolítica asiática

e para caracterizar a pequenez numérica militar japonesa, em que pese a sofisticação tecnológica de suas forças.

Ainda mais preocupante do que esses números é a questão que, logo após os testes nucleares norte-coreanos, foi levantada na Ásia: EUA, China e Rússia são protagonistas dotados de armas nucleares no cenário e, portanto, capazes de atuar com grande poder dissuasório (ou de destruição, se a situação fugir da alçada diplomática); e Japão e Coreia do Sul, por sua vez, seriam vítimas da falta desse poder, que a Coreia do Norte deixa claro que pretende agregar ao seu arsenal. Pode-se, em consequência, estar diante de uma corrida armamentista com ingredientes atômicos, e uma nova Guerra Fria pode germinar no mundo. Num cenário pessimista, o Japão pode evoluir na direção de armar-se com artefatos nucleares, principalmente se não neutralizada a pretensão nuclear norte-coreana, e se decidir fazê-lo certamente conseguirá, com seu avançado estado tecnológico, desenvolver e operacionalizar a arma atômica em curto espaço de tempo. Em reforço, e abrindo parênteses para olhar para o Oriente Médio, é também preocupante a desmoralização do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares pela Coreia do Norte, pois sua decisão de nuclearizar seu poderio bélico pode estimular o Irã a, com mais ímpeto, continuar a desafiar os EUA e a ONU e desenvolver seus artefatos nucleares, o que agravará a situação das relações Irã/EUA. Nesse caso, a China, que tem grande interesse no petróleo iraniano, ver-se-á diante de pressões para tomar posição antagônica ao Irã, e se não o fizer, ou não mostrar posição firme, novos motivos para dificultar as relações sino-americanas e sino-japonesas surgirão.

Acresce que o problema norte-coreano não se limita à nuclearização bélica. Os Estados Unidos já deixaram claro, por diver-

vezes, que somente amenizarão posições se a Coreia do Norte abrir mão de seu programa nuclear e banir de seus arsenais todas as armas químicas e bacteriológicas (que tem em grande estoque e pode operacionalizar em poucas semanas). O Japão, por sua vez, exige que os norte-coreanos desistam do programa nuclear para fins bélicos e, simultaneamente, do programa de desenvolvimento de mísseis balísticos, que serão os vetores dos artefatos nucleares (mísseis estes que existem de dois tipos na Coreia do Norte, um capaz de alcançar toda a península coreana e outro capaz de alcançar as ilhas japonesas e, supostamente, o Alaska). São, sem dúvida, fatores que tornam mais difíceis as negociações.

Sob o prisma da segurança, portanto, não faltam ao Japão motivos para envidar esforços, internos e externos, para remover os impedimentos legais e políticos que obstaculizam a transformação de suas Forças de Autodefesa em forças armadas de real expressão, como parte de uma transformação do país em um *normal state*: a insegurança decorrente da recessão econômica, a crise nuclear norte-coreana, o problema da reunificação das Coreias, a modernização militar chinesa, as disputas territoriais com a China, a questão de Taiwan e outros. Motivos esses, aliás, que, sob a óptica chinesa, trazem à lembrança o expansionismo militarista japonês do passado e as desconfianças quanto à atuação japonesa como um pilar norte-americano na Ásia (parte de uma alegada estratégia para conter a China) e como um possível aliado de Taiwan na eventualidade de um movimento separatista da ilha. Alguns estrategistas chineses costumam enfatizar que, uma vez transitando para o estado de país bem armado, o Japão em algum momento voltará a ser uma potência militar agressiva. Os assuntos militares, portanto, estressam as relações sino-japonesas, o que é agravado pela existência

e fortificação da aliança de defesa nipo-americana presente desde o pós-Segunda Guerra Mundial.

Voltando ao campo econômico, China e Japão são importantes parceiros: o Japão foi o maior parceiro comercial da China durante mais de dez anos, investindo maciçamente tanto na área continental como em Hong Kong e Taiwan e importando cerca de 18% da produção total chinesa, e a China tornou-se também, em anos recentes, a segunda maior parceira comercial e o segundo maior mercado de exportação do Japão, tendo peso expressivo como motor da recuperação econômica japonesa, importando mais de 12% da sua produção total. A China é o principal fornecedor asiático dos EUA, seguida em segundo lugar pelo Japão; e o Japão é o maior poder de reservas monetárias da Ásia, seguido pela China em segundo lugar (singularmente, com enorme lastro em bônus do Tesouro dos EUA). Além dessas posições econômicas fortes, Japão e China firmaram acordos de cooperação cultural em 1979 e de cooperação científica e tecnológica em 1980.

Há indicadores que apontam para a possibilidade de uma parceria estratégica econômica que expresse a força asiática, mas os vários pontos sensíveis já comentados sombreiam todo esse cenário.

A perspectiva do rearmamento japonês, ainda que não imediato, tensiona as relações sino-japonesas. Apesar do *statement* do governo japonês em 1995, por ocasião dos festejos dos 50 anos de término da Segunda Guerra Mundial (quando o primeiro-ministro Murayama manifestou o pesar e o remorso pelos enormes sofrimentos causados pelas agressões colonialistas a nações asiáticas do continente), a memória das guerras expansionistas do Japão imperial não se apaga, sendo frequentes as manifestações antijaponesas na China

quando acontecimentos novos (como as já mencionadas visitas do *premier* japonês Koizumi ao templo Yasukuni em Tóquio, reverenciando mortos em guerra japoneses que, no continente, são considerados criminosos de guerra e invasores cruéis) exacerbam a sociedade. Um exemplo do acirramento da opinião pública antinipônica na China pode ser também dado no mundo dos esportes: durante o torneio futebolístico asiático de 2004, a seleção japonesa derrotou sucessivamente Oman, Tailândia e Jordânia, e a platéia chinesa fez manifestações com *banners* do tipo “*Apologise to the People of Asia. Return the Diaoyu Islands to us*” (Peçam desculpas ao Povo da Ásia. Devolvam-nos as Ilhas Diaoyu), e outros, além de atirar lixo nos ônibus que transportavam a delegação japonesa.

Acontecimentos como esses e os recentes protestos em várias cidades sobre os livros de história adotados no sistema de ensino japonês, que os chineses e sul-coreanos criticam severamente como não refletindo a verdade das agressões e atrocidades japonesas, tendem a ofuscar os esforços diplomáticos e econômicos no sentido de uma convivência mais harmônica entre China e Japão, incomodando também os outros atores do cenário, como a Rússia e os países da Asean, que preferem a estabilidade capaz de permitir o bom fluxo dos negócios. Jin Qiu, em *The Politics of History and Historical Memory in China-Japan Relations*, discute extensamente a questão dos ressentimentos históricos, apontando que, apesar da melhoria sem precedentes dos intercâmbios econômicos e culturais sino-japoneses desde os anos 80, as percepções públicas entre os dois países vêm se deteriorando. O autor aponta a história das ações japonesas como residindo no centro das controvérsias entre os países asiáticos, mormente no sudeste do continente. O governo japonês tem sido pouco sensível

ao problema, de vez que utiliza a história como fator de exaltação do heroísmo nacional para formular a identidade japonesa (estimulando os receios continentais sobre o ressurgimento do *bushido* dos tempos dos samurais). Mas sob a pressão dos acontecimentos mais recentes (protestos antijaponeses em cidades chinesas), o *premier* japonês Koizumi cedeu e, durante a cúpula Ásia-África realizada em Jacarta, em 2005, apresentou oficialmente as desculpas japonesas pelas agressões havidas na Segunda Guerra Mundial (mas não no passado mais distante, o que estimulou novas críticas). O ingrediente psicossocial, como se vê, tem forte presença nas relações sino-japonesas.

Na questão de Taiwan, também já abordada, a China admite quando muito a existência de intercâmbios da ilha com o Japão, mas jamais acordos governamentais ou negociações bilaterais oficiais, capazes de caracterizar duas Chinas, e que o Japão, alegadamente, continua praticando. O Japão tem grande interesse nas rotas marítimas vitais que utilizam o Estreito de Taiwan. Isso explica em grande parte suas posturas em face dessa disputa interna chinesa, mas a inclusão da proteção de Taiwan na revisão dos termos do acordo bilateral de defesa EUA/Japão, em 2005, causou grande desconforto diplomático com a China, pois, na visão chinesa, a defesa de Taiwan não é assunto dos norte-americanos nem dos japoneses. A política externa japonesa encontra aí um desafio importante na conciliação de interesses fortemente conflitantes.

Algumas interrogações e perspectivas

Todas essas questões contêm ingredientes culturais e nacionalistas. O Japão saiu de um regime fechado para uma economia ocidentalizada aberta, principalmente após a derrota na Segunda Guerra Mundial e na fase pós-Guerra Fria, reerguendo o país em

menos de 50 anos, embora preservando intacta sua cultura oriental e mantendo a separação entre o que é japonês e o que é alienígena. A China, por sua vez, continua bastante fechada (exceto em determinadas áreas, como Hong Kong, Macau e Taiwan), sob um regime autoritário. Apesar da nítida evolução para um "capitalismo socializado" (ou "socialismo capitalista"), que contempla inclusive investimentos norte-americanos, japoneses e sul-coreanos no país, a China preserva o monopólio do poder centralizado nas mãos do Partido Comunista, que exerce forte controle sobre a

sociedade e pratica a repressão das liberdades individuais, restringindo aos chineses o acesso à informação não-oficial (ao mesmo tempo em que abre ao mundo seu sistema econômico). O regime chinês não deixa de estimular elevado grau de sentimento nacionalista, exigindo o respeito aos seus territórios, sua cultura e sua política, e não

desestimula o sentimento antinipônico de grande parte de sua sociedade, fruto de memórias de guerras passadas.

Ou seja, chineses e japoneses não se estimam e não se entendem bem, dificultando o processo diplomático de aparamento das arestas nas suas relações. É do feitio japonês valorizar os feitos nacionais e os avanços do país. Envergonhar-se do passado agride a honra japonesa, gerando recusas ou formas ambíguas de falar ou agir, quando se trata de rever a história. Dentre as ambigüidades, vê-se que a diplomacia japonesa, desde o reatamento das relações com a China em 1972, manifesta pesar pelo passado e lamenta as

rivalidades existentes, sempre propondo facilitar as relações futuras, mas o governo não se penitencia convincentemente pelos erros cometidos, não revê os compêndios escolares e não cede no solucionamento das questões territoriais. Enquanto isso, na China o governo procura manter uma boa imagem do Partido Comunista junto às novas gerações, o que amadurece novos sentimentos nacionalistas e lhes incute o sentimento antijaponês. Para satisfazer o psicossocial de suas sociedades, ambos os governos praticam a ambigüidade.

O exame desse panorama revela que, do ponto de vista militar, a questão de Taiwan, o contencioso sobre o mar territorial e a situação da península coreana são os pontos que reúnem maior probabilidade de gerar confrontações bélicas, apesar da manifesta preferência regional pela paz e pela solução dos contenciosos pela via diplomática. Revela também que as posturas ambí-

O regime chinês não deixa de estimular elevado grau de sentimento nacionalista, exigindo o respeito aos seus territórios, sua cultura e sua política, e não desestimula o sentimento antinipônico de grande parte de sua sociedade

guas de ambos os países vêm dificultando o processo político regional, principalmente no Nordeste Asiático, o que pode comprometer as relações políticas e econômicas (não só entre China e Japão, como também no âmbito asiático em geral, com reflexos no Sudeste Asiático e em seu processo de integração econômica).

O problema de Taiwan, diante dos aspectos econômicos envolvidos e da deterrência representada pela posição norte-americana, pode parecer menos crítico a curto prazo, mas a hipótese de uma confrontação militar não pode ser afastada, caso qualquer dos atores do processo venha a

dar razões para reações armadas. Como já enfatizado, a unificação da China, sob a óptica chinesa, só se completa com a total subordinação da "ilha rebelde" ao governo continental. Para que a China cresça em paz, portanto, Pequim e Taipei precisam ter seus arroubos de soberania contidos, até que algum consenso seja alcançado sobre um regime político-econômico que satisfaça ambos, o nacionalismo chinês e a democracia taiwanesa, atendendo também aos interesses americanos e japoneses.

Alguns analistas entendem que as relações sino-japonesas encontram-se bastante deterioradas em relação aos anos 70, e atribuem isso ao governo até recentemente dirigido pelo primeiro-ministro Junichiro Koizumi, que deu motivos para o recrudescimento dos ressentimentos antijaponeses e não conduziu a contento as conversações sobre disputas territoriais e sobre Taiwan. Não surpreende, portanto, que a posse de um novo *premier* japonês, Shinzo Abe, em setembro de 2006, tenha sido motivo de vários pronunciamentos do governo chinês em busca de uma retomada de conversações (interrompidas em 2005) sobre pontos de discórdia entre os dois países (no que o governo de Pequim foi acompanhado pelo governo sul-coreano).

O governo chinês, provavelmente, insistirá numa agenda de tratamento de pontos sensíveis, já extensamente abordados. A agenda japonesa para as conversações que tendem a ser retomadas não pode ser muito diferente, mas deverá ter ingredientes próprios, dadas as manifestações do novo governante recém-empossado, Shinzo Abe*, sobre o nacionalismo japonês, a retomada das tradições culturais, a necessidade de reformar a Constituição para permitir a transformação das Forças

de Autodefesa em forças armadas mais poderosas, a integração econômica asiática, tal como vista sob as prioridades japonesas, a segurança das rotas marítimas de interesse do Japão, a intensificação das relações Japão/EUA, o aumento da expressão japonesa nos fóruns internacionais, inclusive no CS-ONU, e outros temas delicados. Mas, apesar disso, a melhoria das relações com a China não terá peso menor na agenda nipônica. O novo líder japonês terá o desafio de inovar pragmaticamente nas relações com Pequim, todavia usando da habilidade necessária para não ser considerado pelos nacionalistas japoneses como tendo dobrado os joelhos diante do gigante continental; e deverá fazê-lo com mentalidade multilateralista, que deverá contemplar não só a tentativa de superar os óbices que nas últimas décadas tornaram mais ácidas as relações entre os dois países, como também consolidando suas relações com o tradicional e indispensável aliado do pós-Segunda Guerra Mundial, os EUA. Shinzo Abe terá também o desafio de tratar com energia, mas ao mesmo tempo com prudência, o problema da nuclearização da Coreia do Norte, que poderá gerar uma corrida armamentista atômica na região ou um conflito de sérias consequências. Nesses desafios, estará embarcado no mesmo barco do novo secretário-geral da ONU, um diplomata sul-coreano eleito em 2006 para suceder a Kofi Anan. Uma estratégia difícil para ambos.

Independentemente do grau de sucesso que as agendas conciliatórias possam alcançar, uma análise realista não pode deixar de considerar que essas estratégias de boa convivência mascaram, mas não conseguem ocultar, as verdadeiras intenções de ambas as potências, China e Japão, de

* N.R.: Shinzo Abe era o governante recém-empossado em meados de 2007, quando este artigo foi escrito.

expandir suas áreas de influência regionais, buscando, para tanto, racionalizar o uso dos respectivos poderes nacionais na perseguição de objetivos conflitantes.

Voltando a Samuel Huntington, diz ele em sua obra já mencionada, de 1996: "A China não está disposta a aceitar a liderança ou a hegemonia americana no mundo, e os Estados Unidos não estão dispostos a aceitar a liderança ou a hegemonia chinesa na Ásia. Para atingir seus objetivos, os Estados Unidos travaram duas guerras mundiais e uma Guerra Fria, respectivamente contra a Alemanha nazista, o Japão imperial, a União Soviética e a China comunista. Esse interesse americano persiste. A ascensão da China como potência dominante na Ásia Oriental, caso prossiga, põe em risco esse interesse americano fundamental. A causa subjacente do conflito entre os Estados Unidos e a China está na sua diferença básica quanto a como deve ficar a futura balança do poder na Ásia". Se esta visão, dramática e pessimista, está correta, e diante das evidências de que a China, pelo menos no horizonte visível, vencerá a corrida pela hegemonia asiática no campo econômico e no militar, faz-se necessário observar o comportamento japonês no que diz respeito aos seus acordos econômicos e de defesa com os EUA. Nessa hipótese, o fortalecimento econômico do Japão e o reforço de seu poder militar seriam cada vez mais relevantes para os norte-americanos, mas colocariam os nipônicos diante do cada vez mais difícil dilema de escolher entre continuar os esforços de integração ao bloco asiático ou permanecer como uma fronteira oriental dos interesses norte-americanos (ou uma combinação hábil dessas opções, o que parece mais viável no presente).

Evidencia-se que o século XXI será palco de um deslocamento dos eixos de poder na direção da Ásia, e nela as relações sino-

japonesas estarão representando o mais forte duelo estratégico da região. Há evidências também de que os alinhamentos não mais se farão com base em ideologias divisórias do mundo, como se deu até o final da Guerra Fria (Ocidente x Oriente, Leste x Oeste, Capitalismo x Socialismo). As disputas passam a ser político-econômicas (e civilizacionais, na visão de Huntington, sendo que a civilização não-ocidental que mais se projeta rumo ao *status* de grande potência planetária é a chinesa, seguida de perto pela indiana). Até os anos 80, os analistas viam o Japão como a nação que construiria o "século do Pacífico", mas as limitações japonesas e o hábil desvio da China na direção da via capitalista mudaram esse quadro. Para que ele evolua de forma não conflituosa, será necessário que dois protagonistas de grande peso saibam exercer uma política externa capaz de conviver com o poder emergente chinês: Estados Unidos e Japão, sendo que a este último, que nas circunstâncias atuais dificilmente alcançaria a hegemonia asiática à frente da China, terá que ser necessariamente reservado o papel de potência de primeira linha (coerentemente com sua posição de segunda potência econômica do mundo). Será esta a forma de reduzir as potencialidades de conflitos graves entre as distintas civilizações envolvidas no processo asiático.

Algumas interrogações, para as quais o momento presente não oferece respostas seguras, merecem meditação. No que concerne ao papel dos Estados Unidos, como se comportará sua política externa nas décadas vindouras, diante do gigantismo chinês, da busca de uma posição mais compatível com seu *status* econômico pelo seu aliado Japão e das tendências para uma integração econômica asiática liderada pela China? Haverá tensionamento político na eventual colisão dos interesses sino-ameri-

canos e sino-japoneses? Quanto à China, quais as reais possibilidades de manter, por algumas décadas mais, um crescimento a taxas e 8% a 10% ao ano, diante de suas graves dependências de insumos externos, do perigoso superaquecimento de sua economia interna e das disputas das economias mundiais no mundo globalizado? Até que ponto a questão de Taiwan, ponto de honra para os chineses, poderá vir a aquecer o ambiente, caso o separatismo se radicalize na ilha ou a China fracasse em suas tentativas diplomáticas de reintegração total ao Estado chinês? Como evoluirá a crise gerada pela nuclearização da Coreia do Norte, que pode desencadear uma corrida armamentista nuclear na Ásia? Quanto ao Japão, sua diplomacia será bastante hábil para contornar as dissidências remanescentes e aplacar os ressentimentos oriundos do passado expansionista? Conquistará a maior projeção internacional, não só desejada pelos nipônicos, como também estimulada por seus maiores parceiros, mas não pela China rival? Reduzirá sua dependência militar dos EUA sem ser visto como um agressor revitalizado no continente? Aceitará serena e provisoriamente a hegemonia política e econômica chinesa que se delineia, mesmo que isso colida com suas pretensões regionais? Ou aguardará o esgotamento do crescimento chinês para então voltar a disputar a hegemonia asiática? Direcionará o reaprestamento de seu poder militar para torná-lo capaz de uma eventual intervenção no Estreito de Taiwan, nas áreas marítimas em disputa e na península coreana, ou preservará uma postura apenas defensiva, menos propensa a levantar as desconfianças do continente? Como se comportarão outros atores relevantes (Rússia, Coreia do Sul, Asean) diante de deteriorações do cenário?

Alguns analistas entendem que a trajetória da China, embora presentemente levando

à hegemonia asiática, é na verdade incerta, contemplando três possibilidades: a economia continuará crescendo a altas taxas, enquanto o sistema político gradualmente torna a China mais liberal e dela faz uma potência positiva inquestionável; o crescimento econômico será, em algum momento, envolvido por fortes sentimentos nacionalistas direcionados para contrapor o poderio americano na Ásia, reincorporando Taiwan pela força e desafiando os EUA e o Japão; ou haverá um freio no desenvolvimento em razão das carências estratégicas mal resolvidas, engolfando o país (e a região) numa crise política e social de graves dimensões, do que o Japão tirará proveito.

Todos esses cenários são possíveis, sua concretização dependendo muito da própria China e das posturas americanas e japonesas. Outros analistas, como é o caso de Akihiko Tanaka, da Universidade de Tóquio, preferem reduzir os cenários de crescimento pacífico da China a apenas dois, de enfoque mais amplo: o que contempla a China unilateralista inserida num mundo multipolar de competição; e o que enxerga a China pós-moderna multilateralista inserida harmonicamente na comunidade do Leste Asiático. Defende esse autor que os interesses japoneses e norte-americanos estarão mais bem atendidos no segundo cenário, classificando como extremamente importantes os esforços nipon-americanos nesta direção. Em princípio, é este o cenário que também melhor atende aos interesses chineses, mas há esforços consideráveis a desenvolver, envolvendo não só a China como também os demais atores de maior peso (os EUA, o Japão, a Rússia emergente, os países da Asean, a Coreia do Sul). Particularmente importante será a política externa japonesa, que necessitará demonstrar real vontade de resolver diferenças bilaterais e de refrear impulsos unilaterais. Particularmente impor-

tantes também serão as atitudes conjuntas dos EUA e do Japão na área, como, por exemplo, no encaminhamento diplomático da questão de Taiwan, onde qualquer deslize levará a China a ações unilaterais, dificilmente reversíveis a curto prazo.

Temperando tais cenários, há que se lembrar que a contribuição chinesa para o incremento do PIB global vem, desde 2000, sendo maior que a americana e mais de 50% maior do que a de Brasil, Índia e Rússia somados, que seus produtos baratos oferecem ao Ocidente mais poder de compra, que suas demandas por energia puxaram os preços do petróleo para níveis recordes, ao mesmo tempo em que fazem a China se aproximar de países exportadores cujo comportamento incomoda os Estados Unidos (como o Irã) e que há vários outros aspectos de peso nas atitudes chinesas diante do mundo globalizado. As pressões sociais internas são crescentes. Já existe uma classe média proprietária de seus próprios imóveis (o que até passado recente era inimaginável) e que deseja um sistema legal que ofereça maior proteção para seu patrimônio, além de ambicionar capacidade de consumo tendendo aos padrões ocidentais, melhor assistência à saúde e melhor sistema de ensino. A classe rural também despertou para as mudanças, reivindicando maior atenção governamental aos camponeses e a extinção do legado maoísta do controle coletivo das áreas de produção rural. O Conclave do Partido Comunista de 2007 teve o desafio de trazer à população perspectivas confiáveis de solução para os problemas sociais e de mostrar ao mundo que, em paralelo com as mudanças econômicas, a China também é capaz de fazer mudanças políticas, sem convulsionar o país. Uma massa popular anseia por condições materiais de vida melhores para si e seus filhos. Falhando na administração desses problemas e anseios, o governo chinês estará dando ao Japão os esperados sinais de que, seja pelo esgotamento econômico do pro-

cesso de crescimento da China, seja pela perda de controle sobre as demandas sociais, a economia chinesa sofrerá uma desaceleração e fragilizará a sustentação de sua hegemonia. Assim, uma retomada japonesa dessa disputa, à medida que o Japão consiga recuperar-se do desaquecimento dos anos 80/90 (e reestruturar-se militarmente), poderá ter lugar.

Em síntese, pode-se dizer que os principais problemas a serem tratados pelas diplomacias chinesa e japonesa para consolidar um bom relacionamento sino-japonês a curto prazo são: a contribuição de ambos os países para a preservação da estabilidade nas áreas supridoras de petróleo e outros recursos naturais; o respeito aos três princípios básicos chineses sobre a existência de um único governo chinês (o da RPC), a soberania de Taiwan e as conversações sobre a posse de ilhas próximas dotadas de recursos naturais de interesse estratégico, privilegiando sempre o caminho da negociação diplomática em detrimento das soluções de força; a renegação dos acordos do Japão com o governo chinês pré-revolução socialista; a repotencialização das forças de autodefesa do Japão; as pretensões japonesas de maior expressividade internacional, contando inclusive com assento no Conselho de Segurança da ONU; a postura agressiva da Coreia do Norte e as posições chinesa, japonesa e americana a respeito da unificação da península coreana; o recrudescimento dos sentimentos antijaponeses na China, advindos de seu passado militarista e expansionista, especialmente diante das posturas de um novo governo japonês, recém-empossado (temperado por fortes tendências nacionalistas); e o equilíbrio das relações nipo-americanas (aí incluídas as posturas de ambos quanto a Taiwan) em relação aos interesses chineses. Sem dúvida, alguns desses problemas são potencialmente capazes de gerar conflitos não solucionáveis pela via diplomática.

É arriscado tecer prospectivas, mesmo porque, apesar das tentativas de convergência, são grandes as distinções culturais a afastar esses dois povos orientais e são múltiplos os fatores, domésticos e externos, que afetam as relações entre China e Japão e são de difícil conciliação. Os dois países, afinal, são dois Estados poderosos que aspiram influenciar a mesma região geopolítica. A tendência para ser coordenada a existência de uma futura comunidade econômica asiática – algo inédito – parece ser uma natural consequência da globalização mundial da economia, o que decerto requer estabilidade regional, em que pesem as ambigüidades eventuais das posições japonesa e chinesa e a disputa por áreas de influência que, no momento, pendem para o lado chinês. É preciso ter em mente, todavia, a complexidade do cenário das relações sino-japonesas, que para ambos os Estados envolve questões econômicas, culturais e de segurança e que, para o restante da Ásia, tem importantíssima influência no processo regional de integração.

Sob um prisma idealista, esse cenário exige a contínua dedicação de governantes e diplomatas para superar os ressentimentos e catalisar os interesses geoeconômicos e geopolíticos regionais, pois a realidade asiática de hoje mostra, segundo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgado em agosto de 2006 que cerca de 1 bilhão de trabalhadores na Ásia percebe menos de 2 dólares por dia para sua sobrevivência. Tal relatório revela, ainda, que cerca de 41 milhões de jovens asiáticos encontram-se desempregados, o que representa quase metade do desemprego de jovens do mundo, dados esses que, prevalecendo o bom senso, devem estimular o esforço de crescimento integrado mais do que nutrir as confrontações.

Sob a óptica realista, porém, esses mesmos governantes e diplomatas estarão lidando com estruturas de poder preñhes de ingre-

dientes capazes de levar as potências regionais a uma confrontação não diplomática, dado que China e Japão têm objetivos nacionais conflitantes e interesses de difícil conciliação.

O TEATRO MARÍTIMO

Não obstante a fé que é preciso depositar na diplomacia e na prevalência dos esforços de integração econômica (que encontram amparo na escola idealista das relações internacionais), não é possível deixar de levar em conta que os importantes contenciosos remanescentes entre China e Japão constituem elementos desestabilizadores e potencialmente geradores de conflitos (o que, por sua vez, encontra amparo na escola realista, na *realpolitik*).

Sob este último prisma, pode-se considerar que, havendo deterioração crítica nas relações sino-japonesas que levem à confrontação de forças, o cenário mais provável de atrições (pelo menos as iniciais) é o marítimo. O teatro terrestre, mormente quando considerada a redução do poderio russo no pós-Guerra Fria, parece mais estável.

O Oceano Pacífico é a principal via de integração econômica da Ásia-Pacífico. O Japão é quase inteiramente dependente das *seas lanes* regionais para sua sobrevivência, como também delas depende em grande escala a China para prosseguir em sua rota de crescimento e consolidação da liderança asiática. Para o Japão, o mar é vital; para a China, é crucial. Acresce que, examinando aqueles contenciosos, os mais preocupantes do ponto de vista bélico (Taiwan, as ilhas em disputa, a península coreana) são os localizados no Mar da China Meridional, no Mar da China Oriental, no Mar Amarelo e no Mar do Japão, o que estimula tecer algumas considerações sobre o Poder Naval na área enfocada.

Paul Kennedy, autor de *The Rise and Fall of the Great Powers*, publicou recentemente no *International Herald Tribune* (abril,

2007) interessante artigo sob o título "The Rise and Fall of Navies", analisando a importância relativa que vem sendo dada às forças navais por países europeus e asiáticos. Kennedy ressalta que, enquanto os Estados Unidos mantêm um Poder Marítimo comparativamente maior do que o britânico de 1815, e enquanto a Rússia permanece longe de poder recompor seu Poder Naval dos anos 70/80 (drasticamente reduzido e envelhecido, mas que no futuro a Rússia decerto recomporá), a tendência européia é de continuar a reduzir os orçamentos navais. A Marinha Real britânica planeja aposentar ou vender diversos navios de combate e de apoio, e já está com uma força naval menor que a do restrito Japão. França, Alemanha, Itália e Espanha também passam por restrições orçamentárias de mesma natureza.

No outro lado do mundo, parecem pensar diferente os estrategistas militares. Relata Kennedy que, em recentes visitas à Coreia do Sul, constatou a existência de planos para expandir fortemente, em 15 anos, o Poder Naval sul-coreano. Já estão em construção três poderosos destróieres de mais de 7 mil toneladas, e nesses planos está bastante considerada a reestruturação da Marinha japonesa (o que leva a inferências sobre as preocupações despertadas na Coreia do Sul pela remilitarização do Japão, maiores do que as geradas por eventuais "serpenteios" de submarinos norte-coreanos na costa da península). Comenta também o autor que a Marinha japonesa conta com 54 navios de combate principais (destróieres e fragatas) e 18 submarinos, enquanto a China dispõe de 71 e 58,

respectivamente, e está desenvolvendo expressivo programa de construção naval. Diz ainda Kennedy que, segundo relatório recente do Congresso americano (*China Naval Modernization: Implications for US Navy Capabilities*, 2007), a China poderá, em 2010, ter o dobro da força submarina dos EUA e, em 2015, poderá superar (em porte) o Poder Naval estadunidense.

Diante desses dados, pergunta o referido autor: o que os planejadores estratégicos navais de um continente estão pensando sobre o futuro do mundo, que os do outro continente não estão? E avento como respostas que a probabilidade de conflitos entre Estados ocorrerem na Ásia é maior do que na Europa; que a China parece estar disposta a pôr um freio na hegemonia americana no Pacífico; que todos na região temem o crescimento militar chinês; e que as economias em rápido desenvolvimento na Ásia podem

**A China poderá, em 2010,
ter o dobro da força
submarina dos EUA
e, em 2015, poderá superar
(em porte) o poder naval
estadunidense**

Paul Kennedy

se dar ao luxo de investir em armas. Observe-se, de fato, que enquanto as Marinhas ocidentais diminuem (exceção feita à US Navy), as orientais (excetuando a russa, pelo menos no presente) crescem expressivamente, e não é sem motivo.

Pode-se supor que os principais atores no teatro marítimo de um possível conflito no Pacífico asiático serão os poderes navais dos Estados Unidos, do Japão e da China. A atuação das Marinhas coreanas também pode ser relevante, dependendo do que acontecer na península. A de Taiwan não ostenta porte para ações expressivas e estará na dependência de suporte externo americano e/ou japonês, dependendo da evolução da questão de sua soberania.

Algumas considerações sobre as principais Marinhas regionais, feitas a seguir, mostram-se úteis para melhor avaliação dos poderes combatentes envolvidos no cenário naval asiático.

A Marinha norte-americana

Sobre a *US Navy* não é necessário discorrer longamente, pois é sabido que os norte-americanos mantêm a supremacia marítima global desde o final da Segunda Guerra Mundial e que sua Marinha de Guerra mantém poder suficiente para exercer o controle dos oceanos (ainda que não simultaneamente em todos, mas sem dúvida podendo fazê-lo em múltiplos cenários). George Friedman, em recente artigo ("The limitations and necessity of Naval Power, Strategic Forecasting Inc", 2007), lembra que antes da Segunda Guerra Mundial havia múltiplos contendores para o Poder Marítimo, como Inglaterra, Japão e outras potências navais, mas, no presente, os Estados Unidos detêm a supremacia global e hegemônica nos mares, oferecendo-lhe a capacidade de projetar poder e intervir em qualquer parte do mundo, permanecendo imune às ações navais contra seu território. Seus grupos de ataque nucleados em navios-aeródromos podem levar o poder aerotático rapidamente a qualquer área crítica, e sua capacidade anfíbia de rápido emprego, com apoio aeronaval, pode fazer-se presente em qualquer região onde os interesses americanos estejam ameaçados. O teatro marítimo asiático decerto se enquadra nessas possibilidades, embora não se possa dizer que uma potência maior, como a China, não possa desafiar a *US Navy* localmente.

Em porte, a Marinha americana conserva-se grande e estável; em poder combatente, a contínua atualização tecnológica nutre seu fortalecimento. Além disso, mantém em reserva grande número de unida-

des reativáveis. É sabido também que os EUA possuem poderosas forças aeronavais nas imediações do cenário em exame. Melhor dizendo, os EUA mantêm no Pacífico, com apoio em bases estabelecidas no Japão, a maior esquadra permanente do mundo – a 7ª Esquadra –, nas imediações de Taiwan. É reconhecido que outras potências, mesmo que congregando suas forças navais atuais, dificilmente somariam hoje poder capaz de contestar a supremacia americana em termos de meios de combate e de tecnologia de armas.

Esse extraordinário poderio global de controle das águas azuis é que permite às potências aliadas dos EUA, mais restritas em orçamentos, manter forças navais menores, mais voltadas para suas Zonas Econômicas Exclusivas e para a proteção do patrimônio marítimo que lhes é assegurado pelas regras da Conferência das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar, fiando-se na proteção americana na hipótese de ocorrerem conflitos de maior vulto. Essa hipótese vem sendo válida também para o Japão, mesmo porque o Império do Sol Nascente viu-se cerceado militarmente no pós-Segunda Guerra Mundial pelos ditames dos vencedores americanos; mas a tendência, no presente, como já discutido neste trabalho, é de um progressivo robustecimento (desde que removidos os óbices legais) das Forças de Autodefesa japonesas, buscando, diante do crescimento chinês, reduzir a dependência militar dos EUA e assumir responsabilidades próprias maiores no cenário.

A Marinha japonesa

A Marinha Imperial japonesa representou o Poder Naval nipônico até sua dissolução em 1945, por força da renúncia constitucional ao uso da força como meio de ajustar as disputas internacionais. Chegou

a constituir a terceira mais poderosa força naval do mundo logo após o término da Primeira Guerra Mundial (atrás apenas da norte-americana e da britânica), e talvez tenha sido a mais moderna quando do início da Segunda Guerra Mundial.

Retroagindo no tempo, após a estagnação da era Edo e do poder dos xoguns, o Poder Naval japonês encontrava-se enfraquecido. O país foi obrigado a abrir-se ao mercado internacional por imposição americana, em 1854, tendo inclusive aceitado firmar, em 1858, um assimétrico tratado de comércio e amizade com os Estados Unidos. A demonstração de força de modernos navios a vapor dos Estados Unidos adentrando a baía de Tóquio sob o comando do Comodoro Perry foi uma das motivações para, na Restauração Meiji, acompanhando a restauração do poder do Imperador, as forças navais japonesas terem sido objeto de modernização e expansão. O objetivo era o de se contrapor a possíveis intervenções norte-americanas e européias nos planos de expansão japoneses. Os resultados se refletiram nas vitórias alcançadas contra a China em 1895 e contra a Rússia em 1905, e se propagaram para os anos 30, quando o poderio naval japonês, então bastante desenvolvido, viabilizou que seus exércitos dominassem várias regiões do continente asiático. A aventura do ataque a Pearl Harbour em 1941, porém, mobilizou o poderio industrial dos EUA e despertou a fúria americana no Pacífico, culminando com a quase completa aniquilação das forças navais japonesas em 1945, ao final da Segunda Guerra Mundial.

Enquanto foi poderosa, a Marinha nipônica jamais deixou de ser a mola propulsora da expansão *manu militari* do poder imperial japonês na Ásia e no Pacífico. Pode-se exemplificar com a dominação da península coreana em 1876, primeiro caso de intervencionismo japonês ao estilo oci-

dental. A disputa pela península, também ambicionada pela China, foi uma das causas da Guerra Sino-Japonesa de 1894-1895, e o Japão vencedor logrou transferir Taiwan para sua posse, bem como outras ilhas das imediações, que permaneceram como colônias até a derrota de 1945. Outro exemplo se encontra no suporte dado a potências ocidentais para reprimir a Rebelião dos Boxers na China, em 1900, quando a maior quantidade de navios de guerra e os maiores contingentes de exército eram japoneses. Não tardaram os desentendimentos com a Rússia, outra potência ambiciosa na região. Os japoneses desenvolveram intenso programa de construção naval (conhecido como "perseverança e determinação") em seqüência ao conflito sino-japonês, com plena consciência da importância do Poder Naval para enfrentar múltiplas hostilidades. Mais de cem unidades de combate foram incorporadas, com construções feitas na Inglaterra, Alemanha, França, Itália e no próprio Japão; e na Guerra Russo-Japonesa de 1904-1905, o Almirante Togo, a bordo do Encouraçado *Mikasa*, aniquilou a esquadra russa na Batalha de Tsushima (batalha decisiva típica na história da guerra naval). Digno de nota é o fato de que, já em 1905, os japoneses adquiriam seus primeiros submarinos (módulos vindos dos Estados Unidos, com montagem final no Japão), apenas quatro anos após os americanos incorporarem seu primeiro submersível.

Na segunda década dos anos 1900, a Marinha Imperial japonesa era a terceira maior do mundo e destacava-se como pioneira em vários aspectos: foi a primeira a usar o telégrafo sem fio de Marconi, em Tsushima (1905); lançou em 1906 o maior encouraçado do mundo, o *Satsuma*, um ano antes do britânico *HMS Dreadnought*; e entre 1906 e 1910 construiu domesticamente seus próprios encouraçados.

Na Primeira Guerra Mundial, o Japão, em razão de suas alianças com a Inglaterra, atuou com os aliados contra a Alemanha e a Áustria. Suas forças tomaram a base alemã em Shantung (China) e apossaram-se de ilhas alemãs na Micronésia (Marianas – exceto Guam –, Carolinas e Marshall, que permaneceram colônias japonesas até o fim da Segunda Guerra Mundial). Seus encouraçados foram, na época, os primeiros a ser equipados com poderosos canhões de 14 polegadas. Sete submarinos alemães foram recebidos como espólio da guerra e, depois de analisados, contribuíram para o forte desenvolvimento da construção de submarinos nipônicos.

No intervalo entre guerras, a Marinha Imperial teve seu aprestamento voltado para uma possível confrontação com os EUA, mas ainda sob grande dependência de encomendas externas e suprimentos externos de petróleo e de matérias-primas para sua indústria naval (cujas fontes no Sudeste Asiático eram controladas por Inglaterra, Holanda e Estados Unidos). A estratégia japonesa continuava sendo a da batalha decisiva, pretendendo desgastar as forças navais americanas na travessia do Pacífico (pela atrição com submarinos) e forçá-las ao engajamento com poderosas forças de superfície nipônicas perto do Japão. Novamente, destacou-se o Poder Naval japonês: lançou ao mar o primeiro navio-aeródromo do mundo, o *Hosho*, início de uma notável série de similares; incorporou a seus navios de batalha canhões de 16 e 18 polegadas (estes últimos no *Yamato*, o maior e mais armado encouraçado do mundo, façanha não superada); e lançou uma classe de destróieres com armamento antiaéreo e torpedos de propulsão a oxigênio, projeto que logo inspirou outras Mari-nhas de Guerra.

Falhou, todavia, essa estratégia, ao não considerar a inferioridade industrial e

logística japonesa em relação aos EUA. Ao início da Segunda Guerra Mundial, as forças navais japonesas, dotadas de grande sofisticação técnica para a época, conseguiram marcantes sucessos, mas a US Navy não tardou em aprimorar tecnologicamente seus meios aeronavais, tirando partido de seu vasto poderio industrial e da menor dependência externa. Além disso, o Japão hesitou em usar sua força submarina contra o tráfego mercante e não protegeu adequadamente suas comunicações militares, o que contribuiu para a derrota. Os últimos duelos de encouraçados ocorreram na Guerra do Pacífico, entre 1942 e 1945, com grandes perdas japonesas, e a aviação naval embarcada mostrou seu amadurecimento e sua eficácia. No cenário aeronaval, aliás, os japoneses mostraram-se extremamente ativos, tendo iniciado a guerra com a maior e mais moderna frota de navios-aeródromos (dez unidades, *versus* sete dos EUA), mas somente em Midway (batalha considerada o ponto de inflexão da Guerra do Pacífico) quatro deles foram afundados.

De fato, o ataque a Pearl Harbour em dezembro de 1941 despertou contra o Japão um inimigo com enorme potencial de alimentar o esforço industrial e logístico de guerra. As restrições econômicas japonesas parecem ter sido subestimadas pelos nipônicos ao ser escolhido o caminho da agressão, o que talvez tenha decorrido das pressões políticas internas que, no Japão, defendiam que um desengajamento japonês na China (exigido pelos EUA para levantar embargos colocados contra o Japão) seria por demais humilhante, além de agravar o acesso a insumos estrategicamente indispensáveis. O preço pago foi a perda de centenas de milhares de vidas japonesas, a aniquilação de suas forças armadas, a destruição dos grandes centros urbanos japoneses e, adicionalmente, a imposição da Constituição de 1947, pela

qual o Império do Sol Nascente renunciou ao soberano direito de usar a guerra como instrumento de sua política.

Dissolvida a Marinha Imperial, os acordos do pós-guerra deram nascimento às Forças de Autodefesa do Japão (JSDF), cuja vertente marítima é hoje representada pela Japanese Maritime Self-Defense Force (JMSDF), incumbida da defesa naval do arquipélago japonês. Embora reduzida à missão defensiva (o que se reflete até mesmo nos indicativos de seus navios, JDS, ou seja, JMSDF Defense Ship), contempla, segundo publicações especializadas, um efetivo autorizado de cerca de 46 mil homens e opera quase 120 navios, aí incluídos 18 submarinos, 54 destróieres e fragatas (sendo 10 DDGs com mísseis, 4 DDHs com helicópteros e 40 DDs); 29 unidades especializadas em guerra de minas; e 9 navios anfíbios. A JMSDF conta ainda com cerca de 180 aeronaves de asa fixa (dentre elas 80 P-3C de patrulha e 5 EP-3C de guerra eletrônica, de origem americana) e 135 helicópteros, a maioria voltada para a guerra anti-submarino e a guerra de minas. É essa “pequena Marinha” (aliás, bastante robusta para fins defensivos) que o Japão dos dias atuais, em face de sua reconhecida importância estratégica e de sua expressão econômico-financeira no planeta, considera insuficiente para fazer frente às responsabilidades que lhe cabe assumir, não só no cenário asiático como no mundial. E é o fortalecimento dessas forças (como também o das forças terrestres e aéreas), dentro de um possível programa de remilitarização do Japão, que preocupa a China, sua potência rival na região.

Ao longo da Guerra Fria, e diante do poderio das forças submarinas soviéticas, a missão da JMSDF foi primordialmente voltada para o emprego anti-submarino, mas após esse período outras tarefas lhe foram agregadas, como, por exemplo, a participa-

ção em operações de manutenção de paz da ONU na Ásia e nas águas do subcontinente indiano. Com o crescimento das tensões na península coreana, advindas dos testes norte-coreanos com mísseis, a missão passou a contemplar a defesa antiaérea do Japão (o que pode ser exemplificado pela incorporação de destróieres AEGIS desde 1993), mas existe grande dependência de meios aéreos baseados em terra para prover adequada cobertura antiaérea às forças navais em operação defensiva do território nipônico. Carece a JMSDF também de navios-aeródromos para a defesa aérea e de suficientes navios de reabastecimento, limitando seu raio de ação. Essas carências levam à dependência de unidades aéreas norte-americanas estacionadas em bases japonesas e de apoio de unidades da 7ª Esquadra dos Estados Unidos.

Ainda assim, o Poder Militar japonês conta com um orçamento anual superior a 40 bilhões de dólares, o sexto do mundo; e é relevante observar que o primeiro-ministro Shinzo Abe elevou ao *status* de ministério, recentemente (início de 2007), a Agência Japonesa de Defesa, como um dos primeiros passos para as mudanças na Constituição pacifista da Segunda Guerra Mundial. Na verdade, esses são os primeiros passos para restaurar o poderio militar japonês, dotando-o de Forças Armadas em sua expressão plena e transformando o Japão naquilo que os teóricos das escolas das relações internacionais denominam um *normal state*.

As indicações são de que, à medida que se recupere de seus problemas econômicos atuais e reformule sua política externa para torná-la mais assertiva, o Japão não permanecerá como uma subpotência militar por muitas décadas do porvir. Os planos japoneses, segundo muitos analistas, contemplam forte reestruturação de sua Marinha e de sua Força Aérea, que, em par-

te, já se encontra em execução (porta-helicópteros, destróieres, submarinos), sob a vista complacente dos ocidentais e sob a justificativa de dar substância à eventual participação japonesa em operações de manutenção de paz (que conceitualmente não são operações ofensivas de guerra) sob a égide da ONU.

A Marinha chinesa

Ao se falar da Marinha chinesa, é preciso caracterizar que se está considerando a People's Liberation Army Navy (PLAN) da República Popular da China (RPC), o que não inclui a Marinha da República da China (Taiwan), que também é bastante expressiva. Outrossim, embora o Poder Naval chinês tenha tido manifestações expressivas num passado distante, concentraremos a análise apenas em épocas recentes, mais significativas para os fins deste trabalho.

A PLAN é considerada fundada em abril de 1949, ao término da Guerra Civil Chinesa, tendo sido inicialmente formada por unidades que não aderiram ao governo nacionalista que se refugiou em Taiwan. À época, Mao Tsé-Tung afirmava que uma poderosa Marinha de guerra fazia-se absolutamente necessária para se opor às agressões imperialistas. O apoio soviético foi importante, tanto em meios flutuantes como em instrutoria e consultorias diversas. Em 1950, os chineses já contavam com sua academia naval; e, em 1952, já era criado o ramo aéreo de seu incipiente Poder Naval. Em meados dos anos 50, as forças navais chinesas já se encontravam organizadas em três esquadras, a do Mar do Norte, a do Mar do Leste e a do Mar do Sul, com quadros oriun-

dos das forças terrestres. Os anos 60, sob influências da Guerra Fria, contemplaram fortes investimentos na construção naval própria, inicialmente com projetos soviéticos e, mais tarde, com desenhos próprios. Nos anos 70 e 80, chegou-se a ter cerca de 20% do orçamento de defesa alocados às forças navais, que tiveram grande crescimento (o número de submarinos, por exemplo, triplicou para cerca de cem, e o número de unidades de vários portes armadas com mísseis quintuplicou para cerca de 200). Na mesma época tiveram início os desenvolvimentos e a construção de submarinos nucleares, alguns equipados com mísseis balísticos. Em 1988, a Marinha teve seu primeiro oficial naval como chefe e passou a atribuir alta prioridade à atualização tecnológica

e à melhoria da qualidade dos meios, dando continuidade a programas de desenvolvimentos de mísseis balísticos lançados de submarinos, mísseis antinavio e mísseis antiaéreos.

Hoje, a PLAN conta com cinco ramos organizacionais (forças submarinas, forças de superfície, aviação naval, defesa costeira e corpo de fuzileiros navais) e tem

dez academias e escolas subordinadas, bem como vários institutos de pesquisa e organizações de suporte técnico e logístico. Essa rápida evolução chega aos anos recentes mostrando a importância que o Poder Naval alcançou na estratégia militar chinesa, configurando uma *Blue Water Navy* capaz de atuar em conflitos contra os EUA e/ou o ressurgente Japão no Mar da China, caso o cenário em exame se deteriore a esse ponto.

Como assinala William Terry, diretor do centro de análise naval do Office of Naval Intelligence (ONI), no estudo *China's Navy*

Os líderes chineses vêm atribuindo grande importância ao emprego do Poder Naval em apoio aos objetivos nacionais

William Terry

2007, ao longo da última década a PLAN desencadeou importante programa de modernização, no qual a obtenção de meios e de tecnologias se deu internamente e no exterior. A título de exemplo, foram adquiridos dos russos destróieres classe *Sovremenny* (equipados com o míssil antinavio SS-N-22) e submarinos classe *Kilo* (dotados de mísseis anti-superfície de cruzeiro), bem como foram domesticamente produzidos sofisticados destróieres classe *Lanhou* e submarinos classe *Yuan*. No entender de William Terry, os líderes chineses vêm atribuindo grande importância ao emprego do Poder Naval em apoio aos objetivos nacionais, e neles se inclui a preservação segura dos rumos do crescimento chinês, cujos olhos estão agora voltados para o oceano e dele não podem prescindir. Para tanto, estão planejadas forças navais capazes de operar no Pacífico Sul, até a Austrália e as Ilhas Aleutas, e no Oceano Índico, até o Estreito de Málaca. Os analistas especializados identificam ambiciosos planos para as forças navais futuras da China, que deverá desativar até 2025 navios considerados obsoletos (projetados nos anos 60) e poderá contar com novos e modernos meios, dotados de mísseis antiaéreos de longo alcance e mísseis antinavio; submarinos nucleares de ataque e de mísseis balísticos; submarinos convencionais de ataque bastante avançados; submarinos convencionais de patrulha costeira; navios anfíbios capazes de transportar tropas a longas distâncias; fragatas e destróieres multiemprego; unidades costeiras rápidas armadas com mísseis; e navios de desembarque diversos, dentre outros. Consta que mais de uma dúzia de novas classes de navios vem sendo construída nos últimos cinco anos, levando ao comissionamento de mais de 60 novos meios flutuantes. Os mesmos analistas, porém, apontam para fraquezas

tecnológicas da PLAN na guerra anti-submarino e na guerra eletrônica, em razão da ênfase que até agora tem sido dada aos sensores e armas de emprego anti-superfície e antiaéreo. E apontam também para a modéstia dos sistemas de comando e controle, mas não descartam os aprimoramentos dessas áreas nas décadas vindouras.

A missão da PLAN, segundo o ONI, é defender o país contra agressões vindas do mar, defender a soberania do Estado sobre suas águas territoriais e salvaguardar os direitos e interesses marítimos do Estado chinês. Missão esta bastante ampla, como se depreende, e que não se configura exclusivamente defensiva. Segundo análise do ONI, dentro de uma estratégia geral de *Active Defense* que norteia o PLA, a PLAN é responsável pela *Offshore Defense*, que oficialmente compreende operações defensivas e ofensivas em caso de ataque à China, não restritas em espaço ou tempo e concentradas nas fraquezas do inimigo. Essa mudança de estratégia em relação aos tempos em que a ameaça era soviética revela uma nova visão que, desde a segunda metade dos anos 80, se reorienta da restrita defesa das costas chinesas para operações marítimas mais amplas, em resposta ao atual cenário de segurança internacional em que se inserem os interesses chineses. E, nesse cenário, evidencia-se que a estratégia militar leva na devida conta a dependência de fontes de suprimento e de energia indispensáveis ao crescimento econômico, não mais priorizando o interior, mas sim a região marítima ao leste da China. Isso inclui, geograficamente, áreas marítimas que podem se estender além da linha formada pelas Kurilas, Japão, Marianas, Carolinas e Indonésia, abrangendo o Mar da China Oriental, o Mar Amarelo, o Mar da China Meridional, as linhas marítimas de comunicações do Leste Asiático e aprofundando-

se pelo Pacífico (de certo modo fazendo lembrar a estratégia naval japonesa da Segunda Guerra Mundial).

As principais forças de superfície da PLAN incluem 11 destróieres e 16 fragatas razoavelmente atuais. Três novas fragatas devem ser incorporadas até 2008, perfazendo 30 navios de bom poder combatente. Um navio-aeródromo da classe russa *Kusnetzov* foi cedido pela Ucrânia, podendo se tornar operacional após *refit*. Há ainda 48 destróieres e fragatas mais antigos, que estão sendo progressivamente desativados, mas segundo o documento *China's Navy 2007* do ONI, já referido, os meios ainda em atividade somam 25 destróieres e 45 fragatas. No emprego anfíbio, a PLAN opera cerca de 50 navios de desembarque de grande ou médio porte, além de contar com quantidade ainda maior de unidades anfíbias menores. Um navio-doca de grande porte encontra-se em construção.

As forças submarinas contam com cinco submarinos nucleares de ataque, sendo um deles dotado de mísseis. Há informações de que um de nova geração está em testes de mar e que alguns das classes *Song* e *Yuan* estão em construção. Há também 12 navios da classe *Kilo*, adquiridos da Rússia. Naves antigas, das classes *Romeo* e *Ming*, estão previstas para desativação até 2020, quando número suficiente de novos meios estará operacional; mas, segundo o mesmo estudo acima citado, **há 55 submarinos em atividade, sendo cinco nucleares e 50 convencionais**. O auxílio soviético foi fundamental quando da criação da PLAN. As dissidências sino-soviéticas havidas a partir de 1959 afetaram seriamente os planos chineses de robustecimento de sua força submersível, mas, não obstante, a partir dos anos 70 esses planos prosseguiram com sucesso, sendo relevante observar que em 1982 a PLAN dis-

parou seu primeiro míssil balístico lançado por submarino, emergindo para uma nova fase de modernização.

A aviação naval chinesa conta hoje com sete divisões aéreas, cujos meios estão distribuídos por 25 bases localizadas para prestar apoio aerotático adequado às três esquadras. As forças de defesa costeira da PLAN são compostas de unidades de mísseis antinavio e unidades de artilharia anti-aérea, organizadas em regimentos e batalhões, cuja distribuição geográfica é também orientada de modo a operarem integrados aos comandos das três esquadras. As forças de fuzileiros navais são voltadas para os assaltos rápidos em operações anfíbias, sendo compostas por duas brigadas subordinadas ao Comando da Esquadra do Sul, cada uma comportando 3 regimentos de infantaria, 1 de artilharia e 1 de carros de combate anfíbios.

A herança da doutrina soviética ainda se faz notável. O comando das forças, em todos os níveis, sustenta uma divisão de responsabilidades entre os comandantes militares e o Partido Comunista da China (PCC). Desde o mais alto nível de comando até o nível de comando de pequenas unidades, excetuando os comandos de pelotão e inferiores, as decisões são discutidas entre o comandante militar e o oficial político, que costuma ser de mesmo posto. Na PLAN, por exemplo, segundo o ONI, de 1949 até 2006 sete chefes militares exerceram seu comando, sempre ladeados por comissários políticos do PCC, cujo número no mesmo período chegou a 11. Os comandos de forças e unidades navais não constituem exceção: todo comandante naval compartilha seu comando com um oficial político de posto equivalente. Na verdade, isso significa que o Partido exerce total vigilância e controle sobre os militares, em todos os níveis relevantes da cadeia de comando (prática que não se con-

duna bem com a doutrina militar, quando estão envolvidas decisões táticas no teatro de operações).

A China, se efetivamente ambicionar poderio naval capaz de desafiar o americano – e o de seu aliado Japão – no Pacífico asiático, terá que empregar vultosos recursos no fortalecimento de suas forças, e parece ser factual que, entre as potências potencialmente opositoras dos Estados Unidos, é a única que vem desenvolvendo expressivos esforços nesse sentido, embora sob carências tecnológicas várias (o que não impede a PLAN de contar com mísseis antinavio em quantidade importante).

Esses esforços, aliás, não se propõem a confrontar globalmente o Poder Naval norte-americano, mas sim a tomar a dimensão suficiente para resguardar os interesses chineses no Mar da China, Mar Amarelo e Mar do Japão, defendendo (se necessário) Taiwan e as ilhas disputadas com o Japão, atuando na península coreana e se contrapondo ao bloqueio naval de vias marítimas cruciais, caso tentado pelos norte-americanos (com possível auxílio japonês, nas hipóteses de conflito aqui consideradas).

A Marinha de Taiwan

A pequena ilha de Taiwan, foco do potencialmente mais explosivo contencioso do teatro marítimo asiático, desenvolveu, com forte auxílio norte-americano, uma pequena força naval, cuja missão original é a defesa territorial da República da China (ROC, leia-se Taiwan e algumas ilhas adjacentes) e das linhas de comunicações marítimas de interesse, contra ataques e bloqueios advindos da República Popular da China. Essa missão inclui a patrulha do Estreito de Taiwan e de águas vizinhas e operações de contra-ataque e antiinvasão em caso de guerra.

De início, a Marinha de Taiwan era constituída pelas unidades que, no desenlace

da Guerra Civil Chinesa, permaneceram fiéis ao governo nacionalista refugiado na ilha. Muitas unidades optaram pela lealdade à PRC, vindo a constituir o núcleo da PLAN. No presente, embora a maioria dos meios flutuantes tenha como origem os EUA, vários navios foram construídos localmente sob licença ou derivados de projetos domésticos. Nos anos 90, foram também adquiridas fragatas classe *Lafayette* da França e submarinos da Holanda. A modernização e a extensão da vida útil de navios e equipamentos, porém, mostraram-se problemáticas em decorrência das pressões chinesas sobre fornecedores de armas, sensores e sobressalentes. Isso afeta particularmente a força de apenas quatro submarinos, obsoletos e apenas úteis para adestramento.

A força de superfície conta com 4 destróieres da classe *Kidd* americana, bem armados com mísseis; 8 da classe *Oliver Perry*; 8 da classe *Knox*; e 6 fragatas da classe francesa *Lafayette*. Há também 3 navios anfíbios e 14 unidades anfíbias menores de origem americana, além de 8 varredores de minas. Para as tarefas de patrulha, contabilizam-se 12 navios e 48 pequenas unidades tipo *fast patrol boat*, havendo planos para a construção de mais 30 de uma geração mais atual. Foi prevista a aquisição, em 2007, de 12 aeronaves Orion P-3C norte-americanas, o que proporcionará boa cobertura de patrulha nos estreitos.

Obviamente, essa pequena força, limitada em porte e em capacidade de atualização, é quase totalmente dependente do apoio do Poder Naval estadunidense estacionado na região, sendo sabido que a US Navy está praticamente todo o tempo presente na ilha, com alguma poderosa unidade de sua 7ª Esquadra rotineiramente atracada em porto taiwanês, o que é considerado dissuasório em relação a possíveis ataques chineses (que, se realizados e atin-

gindo um navio de guerra dos EUA, poderiam dar margem a sérias retaliações). Não se pode afirmar que o estacionamento da mais poderosa frota permanente dos EUA na área tenha como objetivo a defesa de Taiwan, mas sem dúvida esta é uma de suas tarefas, como se depreende de ocorrências passadas. Haja vista a crise de 1996, quando, diante da ameaça de reeleição de um líder taiwanês separatista, a China deu início a vários exercícios navais nas proximidades de Taiwan, inclusive com lançamentos de mísseis que sobrevoaram o espaço aéreo da ilha, a resposta norte-americana foi enviar para o Estreito de Taiwan dois grupos de batalha nucleados em navio-aeródromo, fazendo a China retroceder.

A renovação, em 2000, da aliança de defesa Japão/EUA também pode ser considerada como parte de uma estratégia de prevenção de ataques chineses à ilha, pois, como já mencionado, o Japão vê na tomada forçada de Taiwan pela China uma séria ameaça às rotas marítimas vitais para sua sobrevivência. Para grande irritação chinesa, essa aliança renovada considera a defesa estratégica de Taiwan e das águas próximas, e eventuais ações defensivas podem envolver também a Marinha nipônica, além da estadunidense.

A Marinha sul-coreana

Como já comentado acima, a Marinha da Coreia do Sul não parece estar sendo configurada apenas para sua defesa costeira e para um eventual enfrentamento com a norte-coreana. É fato que a ameaça da grande quantidade de submarinos norte-coreanos é preocupante, mas os sul-coreanos parecem olhar também, em anos recentes, para um cenário mais amplo no Pacífico asiático, levando em conta o ambiente geopolítico regional como um todo, os compromissos com os EUA e a

remilitarização do Japão (que, dependendo do prisma de observação, pode ser vista como uma ameaça). Têm ocorrido incidentes com embarcações de patrulha e com pesqueiros norte-coreanos. Além disso, existem disputas com a Coreia do Norte sobre a delimitação da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) dos dois países separados pela guerra e sobre reservas de gás no subsolo marinho, mas prepostos do governo sul-coreano vêm manifestando claramente que o programa de modernização, reaparelhamento e construção naval da Coreia do Sul, iniciado em 2001 e previsto para culminar em 2020, tem como meta a obtenção de uma força moderna e de alta mobilidade estratégica, capaz de proteger as linhas de comunicação marítimas do Leste Asiático. Trata-se de visão estratégica que enxerga bem mais longe do que as costas da península.

Exemplifica bem essa visão mais ampla o lançamento, em 2007, do primeiro de uma série de destróieres de 7.000 toneladas, construído no estaleiro da Hyundai Heavy Industries e equipado com o sistema Aegis (fornecido pela Lockheed Martin, dos EUA). A Marinha sul-coreana torna-se uma das poucas a possuir tal sofisticado sistema. A construção local de submarinos de 1.800 toneladas está em negociação com a Alemanha. Um anfíbio de 14.000 toneladas será incorporado em breve e várias aeronaves A/S também estão sendo adquiridas. Esses meios se somarão aos 18 submarinos (sendo 9 IKL-209), 6 destróieres, 9 fragatas, 28 corvetas, 5 navios rápidos de ataque e grande quantidade de lanchas-patrulha, varredores e anfíbios de menor porte, numa Marinha tripulada por cerca de 48 mil homens e mais 25 mil fuzileiros navais bem treinados. Parece claro que este expressivo Poder Naval não visa apenas às operações peninsulares costeiras, embora elas possam se tornar prioritárias em caso

de deterioração das relações com a Coreia do Norte ou com a China.

A Marinha norte-coreana

Ainda que com dados imprecisos, publicações especializadas mostram uma Marinha de porte modesto, mas com grande abundância de meios capazes de hostilizar e desgastar as forças e o tráfego marítimo de interesse da Coreia do Sul. A Korean People's Army Navy, formada por cerca de 40 a 60 mil homens, parece ter como missão esse tipo de desgaste e o apoio às operações do Exército, em caso de hostilidade com a Coreia do Sul.

Para esses fins conta com 43 *missile boats* (armados com mísseis Styx antinavio), cerca de 70 pequenos submarinos construídos localmente, 26 outros submarinos de porte médio (inclusive 4 da classe Whiskey, ex-soviéticos), 3 fragatas, 6 corvetas, cerca de 400 barcos de patrulha (103 dos quais são torpedeiros), 23 mineiros e 10 embarcações anfíbias.

O Mar Amarelo e o Mar do Japão devem ser seus principais teatros de operações, ao passo que a Marinha sul-coreana abre horizontes também para o Mar da China Oriental e outras regiões do Pacífico mais ao Sul.

Essa apreciação ligeira dos poderes navais da região revela uma densidade de meios navais bastante expressiva e em contínuo crescimento, em contraste com a redução que se verifica na Europa. Isso justifica a avaliação de analistas que consideram a Ásia (tanto no Extremo Oriente como no já convulsionado Oriente Médio) como um teatro cuja probabilidade de conflito bélico supera, neste início de século, a de qualquer outro cenário. Essa elevada probabilidade de belicismo – onde o teatro marítimo terá grande importância – tem a ver com as rivalidades sino-japonesas, com a questão de Taiwan, com a situação das

Coreias, com as disputas por ilhas do Mar da China e com a presença militar estadunidense (não sendo desprezível a probabilidade dos poderios navais dos EUA e do Japão atuarem em conjunto no cenário asiático).

Comparando com a América do Sul, por exemplo, o teatro asiático mostra Marinhas de guerra muito mais poderosas e mais bem equipadas do que as sul-americanas, onde a probabilidade atual de contenciosos se desdobrarem em confrontação armada é geralmente avaliada como baixa. Essa avaliação, mal compreendida pelos governos locais – que talvez a julguem nula ou perene –, gera uma endêmica escassez de recursos para as Forças Armadas sul-americanas e dá causa à obsolescência de seus poucos meios combatentes. Exceção pode ser feita à Venezuela, que, sob o governo de Hugo Chávez, dá eloqüentes demonstrações de uma ambição de liderar o continente. Para tanto, vem se armando de forma preocupante, realizando volumosas compras de armas (principalmente da Rússia) com o produto de suas vendas de petróleo.

ALGUNS REFLEXOS DAS RIVALIDADES SINO-JAPONESAS NO CENÁRIO EXAMINADO

É previsível que a unidade geográfica entendida como Ásia agregará substancial combinação de produtos nacionais brutos, negócios internacionais, investimentos, reservas monetárias e vários outros atributos econômicos que terão alto peso na ordem mundial e na economia globalizada do século XXI. Para essa constatação, basta atentar para as taxas de crescimento das mais populosas nações do mundo, a China e a Índia, e seu imenso potencial de consumo, para a expressão econômica do Japão no contexto asiático e

mundial e para as tendências dos países asiáticos de formarem um poderoso bloco econômico, capaz de rivalizar com a hegemonia norte-americana do pós-Guerra Fria, nascida do colapso soviético. Mas a possibilidade desse vulto econômico ser efetivamente transformado em um bloco amalgamado gera questões a serem respondidas em tempo futuro: o atual nível de desenvolvimento experimentado por países asiáticos atuará em favor de uma Ásia integrada ou permanecerá como um conjunto de economias com muitos interesses em comum, porém competindo entre si e pulverizando um sonho maior? A China conseguirá sustentar seu vertiginoso crescimento? A região permanecerá estável para viabilizar essa grande integração econômica ou novas convulsões graves sacudirão a Ásia?

Muitos fatores influenciam as respostas, dentre eles a progressão da integração funcional em curso entre economias nacionais heterogêneas, as dificuldades para a construção de uma comunidade econômica asiática integrada mais ampla, as rivalidades remanescentes entre potências locais e externas, as particularidades culturais, os nacionalismos exacerbados. Nesse leque de problemas, as rivalidades entre China e Japão, capazes de causar forte impacto na estabilidade asiática, desempenham um dos principais papéis.

A integração funcional apresenta-se promissora, com negócios crescentes no âmbito da Asean e de seu desdobramento Asean+3, que agrega aos dez membros do grupo do Sudeste Asiático as fortes economias da China, do Japão e da Coreia do Sul. Quanto à criação de uma comunidade asiática mais ampla, a liderança do processo está sendo conduzida pela Asean, e isso parece contar com a simpatia das maiores potências econômicas da região (China, Japão e Índia), o que não é fato novo, pois

apresenta similaridade com os momentos iniciais de formação da Comunidade Europeia, quando as divergências entre França e Alemanha levavam os países do Benelux (Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo) a tentar liderar o processo de acomodação rumo a acordos de integração. No caso asiático, a Asean tenta acomodar as dificuldades existentes entre China e Japão, também procurando tirar partido racional das rivalidades existentes para conduzir os interesses do grupo, de vez que o relacionamento sino-japonês tem sido aquecido economicamente, mas é frio politicamente (*hot economics, cold politics*, segundo alguns analistas). Controlar as provocações mútuas é fundamental para que a integração funcional evolua para a construção de uma comunidade asiática integrada e de uma poderosa área de livre comércio, cuja existência fica comprometida caso a região seja desestabilizada.

A evolução para uma *East Asian Community*, se prosperar, terá em seu âmago as duas principais potências rivais do Leste Asiático. Essa possível extensão, para cuja discussão foram também chamadas a participar a Índia, a Austrália e a Nova Zelândia, trazendo-lhe uma dimensão Sul e Oeste, pode contribuir – segundo a visão mais idealista – para atenuar e diluir os efeitos das rivalidades sino-japonesas na região. Mas não é esta a visão da escola mais realista, que vê grandes dificuldades nessa atenuação.

O fato é que, nesse e noutros pontos da questão da integração asiática, a crescente competição política entre China e Japão contrasta com a mutuamente benéfica parceria econômica que vem se desenvolvendo entre ambos na última década. Sob muitos aspectos, as relações políticas entre as duas potências têm se degradado e não vêm sendo positivas, ainda que a importância dos benefícios da cooperação eco-

nômica possa servir como fator preventivo de uma deterioração maior. Essa deterioração, todavia, não será evitável caso fatores externos (passíveis de serem provocados, por exemplo, pelos governos de Taiwan, da Coreia do Norte ou por hostilidades americanas ao crescimento chinês) venham a perturbar o processo. Nesse caso, defendem os mais realistas que uma intensificação das rivalidades, ou sua degeneração em conflito, colocarão em sério risco a integração econômica da Ásia, pois tanto estados do Sudeste como do Nordeste asiáticos ver-se-ão forçados a escolher um lado (China ou Japão).

Repassar alguns aspectos das rivalidades existentes e as razões de sua permanência no tempo ajuda a compreender as influências no processo da integração asiática (e os riscos existentes).

Em 2004, o governo japonês, ao consolidar o Japan's National Defence Program Outline (NDPO), identificou (por motivos já comentados neste trabalho) a China e a Coreia do Norte como ameaças à segurança nacional. Na visão da China, isso retrata o resfriamento das relações sino-japonesas ao longo de anos recentes. No que tange ao Japão, isso parece fazer parte de reorientação de sua política externa para se rearmar, perseguir um *status* mais independente dos EUA na região e confrontar a ascendência da potência rival.

O poderio chinês crescente sem dúvida afeta os interesses e as pretensões japonesas como ator regional e global, pois China e Japão perseguem fundamentalmente os mesmos objetivos: crescimento econômico sustentado, reconhecimento como potência regional maior e alargamento de áreas de influência. Acresce que esse aumento de poderio tem lugar em época em que aumenta a influência chinesa na Ásia e proliferam as firmes manifestações chinesas sobre Taiwan e o Mar da China, coinci-

dindo com um período de declínio do desempenho econômico japonês e de dificuldades de sua política interna, o que é agravado pela sua limitação militar.

Um relacionamento cooperativo e estável favoreceria ao Japão alcançar seus objetivos com maior autonomia em relação aos EUA, mas parece improvável que isto ocorra a curto e médio prazo, pois japoneses e chineses teriam que mudar substancialmente suas posturas em face da questão da soberania de Taiwan, dos ressentimentos históricos, das disputas territoriais (ilhas e Zona Econômica Exclusiva no Mar da China), do acesso às fontes de energia e de outros pontos sensíveis. Do lado nipônico, a dificuldade é aumentada pela ligação da política externa aos interesses norte-americanos – o que aumenta as desconfianças chinesas – e pela lentidão com que, internamente, as instituições, os políticos e a intrincada burocracia japonesa tratam o assunto das reformas políticas e legais necessárias.

Aparentemente, apesar da convergência dos interesses econômicos – que tendem a limitar (mas não eliminam) os efeitos das rivalidades nos próximos anos –, pouco se vê de prático no sentido de concessões mútuas que contribuam para distender as relações agastadas, e muitos são os questionamentos sobre a durabilidade e os resultados das relações convergente-divergentes (*hot/cold*). A visão da escola idealista poderia levar a crer que as fortes interdependências econômicas neutralizariam a dinâmica das rivalidades, mas acontecimentos recentes mostram que isso não é garantia firme de moderação, diante do acirramento de sentimentos antagônicos que prejudicam o diálogo construtivo.

Muitos japoneses vêem o desenvolvimento chinês e seu fortalecimento militar como ameaças, como já dito, e isso nutre o nacionalismo japonês e os desejos nipônicos de revisão da “constituição paci-

fista". Muitos chineses, por sua vez, vêem um Japão militarmente ressurgente como uma ameaça, o que revigora o nacionalismo e a rejeição anti-Japão na China. Contrariando expectativas, a crescente interdependência econômica entre China e Japão não conseguiu superar a permanência das rivalidades, havendo visível piora nas relações entre ambos desde sua normalização nos anos 1970, principalmente em razão dos sentimentos nacionalistas e das questões relacionadas com a segurança.

No lado chinês, o nacionalismo vem se revelando pelo aumento dos sentimentos de rejeição aos nipônicos no continente. As questões das visitas de líderes japoneses para reverenciar os mortos de guerra no Templo Yasukuni e dos livros japoneses de história, já antes mencionadas, representam para os chineses uma evidência de que o Japão, por mais desculpas que possa apresentar sobre seu passado agressivo, de fato dele não se arrepende. E o fato de as manifestações antijaponesas virem prosperando no meio dos chineses mais jovens mostra que aqueles sentimentos hostis continuam vivos no país, não apenas entre os mais idosos.

Para os japoneses, esses protestos – não reprimidos pelo governo chinês – representam a ingratidão chinesa por sua ajuda econômica e nada mais são do que a exploração de questões históricas passadas (*history cards*) para fins políticos que interessam à China. De ambos os lados, principalmente no Japão, excitam-se os orgulhos nacionais, sendo que na China isso tem também a utilidade de trazer um novo incentivo à juventude, em substituição ao idealismo maoísta. O sentimento antijaponês, acrescente-se, não é exclusivo na China, e isso se reflete na oposição da China e das duas Coreias à ambição japonesa de conquistar uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU. Sem uma marcante mudança japonesa nas suas pos-

turas em relação ao seu passado histórico imperialista e expansionista – o que parece ser difícil –, a China decerto usará seu poder de veto para impedir o Japão de lograr sucesso na empreitada (cabendo registrar que, recentemente, 25 milhões de chineses assinaram manifesto contra a pretensão japonesa).

As visões relacionadas com a segurança caminham ao lado dos problemas derivados desse nacionalismo exacerbado. Ambos os países vêem os planos de fortalecimento militar um do outro como ameaçadores. O poderio bélico chinês é um fato, e o possível rearmamento japonês alimenta os planos estratégicos da liderança chinesa, atenta a esta possibilidade considerada ameaçadora.

A China, além disso, não aceita bem a significativa presença militar americana na Ásia, nem a fortalecida aliança nipo-americana de defesa, ambas podendo interferir, ou afetar, os planos chineses de retornar Taiwan (preferencialmente por meios pacíficos, mas sem afastar a opção militar) ao controle total do governo sediado em Pequim. Nunca é demais enfatizar que, apesar da atitude predominantemente pacífica da China perante a questão de Taiwan, os chineses não deixam dúvidas sobre a possibilidade de um conflito armado, especialmente se Japão e Estados Unidos (que continuam a apoiar Taiwan e a ajudar no seu programa militar de defesa, embora nunca encorajando os líderes locais a tomar medidas provocativas de reação extremada chinesa) interferirem na questão, que a China considera interna. Sobre esse ponto, nota-se que, embora muitos países asiáticos vejam a presença americana como fiadora da segurança regional, esse pensamento não é unânime, e dele divergem a China e outros mais alinhados com o governo chinês.

O programa nuclear norte-coreano merece considerações adicionais. Em recente artigo publicado na *Revista do Clube Na-*

val, o Almirante Fernando Diéguas coloca com precisão que a posse e o controle das armas nucleares afetam profundamente as relações de poder entre as nações e que o Tratado de Não-Proliferação (TNP), vigente desde 1970, cristalizou uma assimetria de poder entre os que têm essas armas e os que não as têm. Ressalta o articulista que o combate à proliferação dá origem a focos de tensão e conflito recorrentes, exemplificando com a justificativa americana para a invasão do Iraque, sob a suspeita (depois não confirmada) de estar desenvolvendo artefatos atômicos. No caso norte-coreano, trata-se de fato consumado e não de suspeita: as experiências de outubro de 2006 golpearam os esforços de não-proliferação. As tentativas de sanções militares pelos EUA não lograram sucesso no Conselho de Segurança da ONU, que se limitou, inclusive com influência russa e chinesa, a embargar armas e impor sanções financeiras. A Coreia do Norte condiciona o prosseguimento das conversações sobre a desativação de seus reatores à suspensão desses embargos e sanções, e vem sistematicamente descumprindo os compromissos que já assumira no passado sobre a questão. Mais grave ainda, aponta Diéguas, é a situação de mesma espécie no Irã, que rejeitou resoluções da ONU cerceadoras de seu programa nuclear. Alegando ter seus interesses ameaçados pelos programas de mísseis (vetores de artefatos nucleares) da Coreia do Norte e do Irã, os EUA decidiram desenvolver um sistema "escudo antimíssil" no Leste da Europa, sediando-o na Polônia e na República Checa, o que levou o governo russo a protestar com veemência e ameaçar retirar a Rússia do Tratado sobre Forças Nucleares Intermediárias. As posturas americanas – que, antes disso, já incluíam o desenvolvimento de um sistema antimíssil com o Japão, alegadamente para sua defesa con-

tra mísseis coreanos – encontram agora dupla oposição: a da Rússia, que não deseja tal sistema nas proximidades de suas fronteiras e nas das ex-repúblicas soviéticas; e a da China, que vê no programa nipo-americano uma ameaça desbalanceadora de poderes na região. Muitos analistas se pronunciaram recentemente na mídia internacional sobre o tema, questionando se estaria germinando, em decorrência, uma nova "guerra fria" (ou uma "paz quente", no dizer de alguns...).

Diante disso, e apesar da convergência de posições contra o programa norte-coreano no âmbito do Grupo dos Seis, a questão apresenta complicadores não triviais e, se não for neutralizada, o Japão, um dos ameaçados pela Coreia do Norte, poderá se ver tentado a também desenvolver armamento atômico, o que decerto contará com severa reação chinesa. Como as nações mais poderosas não dão sinal de vir a abrir mão de seus arsenais nucleares, torna-se cada vez mais difícil conter os programas de outras nações mais fracas, desejosas de se afirmarem em seus cenários com a posse dessa armas. Assim, a Ásia, que já hospeda Rússia, China, Índia, Paquistão (e talvez Israel) como potências nucleares, poderá, numa visão pessimista (todavia realista), vir a testemunhar o crescimento desse clube com a presença do Irã, da Coreia do Norte e, num futuro mais distante, do Japão, atestando a falência dos esforços de não-proliferação de armas atômicas. Poderá a Ásia também, e ainda sob um prisma pessimista, vir a ser palco de intervenção militar americana para neutralizar definitivamente o que Bush denomina o "Eixo do Mal", o que significa, em adição à intervenção no Iraque de Saddam Hussein, intervir no Irã e/ou na Coreia do Norte para destruir suas instalações nucleares, com conseqüências imprevisíveis para a estabilidade asiática e do planeta.

Voltando à aliança de defesa EUA/Japão, ela tem permanecido no núcleo da questão da segurança da Ásia desde seu surgimento. Os chineses costumam alegar que a única razão para tal aliança persistir no pós-Guerra Fria (e até ser reforçada, como recentemente foi) é a necessidade nipo-americana de conter o avanço chinês rumo à liderança regional e de prevenir um eventual uso da força por parte da China na questão de Taiwan. Para o Japão, a aliança é o pilar mais forte de seu relacionamento político e de segurança com os Estados Unidos, mas ao mesmo tempo atua como um obstáculo ao seu reconhecimento como potência regionalmente mais independente e com maior personalidade global. Desse inconveniente ganham reforços as aspirações japonesas de tornar-se um *normal state* mediante a modificação do artigo 9 da Constituição, que limita suas Forças Armadas e torna o Japão mais escravo da aliança defensiva (revisão esta impensável nos tempos da Guerra Fria). Ainda assim, e apesar da ameaça aos interesses chineses representada pela aliança (particularmente na questão da segurança de Taiwan), é improvável que a China alcance sucesso em afastar totalmente a presença norte-americana na região. Na visão de vários países, ela é essencial para a preservação da estabilidade regional (e também para impedir que o Japão cresça demais militarmente, tornando-se ameaçador a essa estabilidade, pois na ausência do poder americano o Japão, em meio a vizinhos com poder nuclear – China, Índia, Coreia do Norte, Paquistão – pode vir a desenvolver armas nucleares). Aos EUA, diante de seus interesses na região, cabe o papel de preservar a aliança de modo tal que, sem dar motivos para que a China e seus vizinhos sintam-se ameaçados por uma ressurgência militar japonesa, também não estimule no Japão a impressão de que

terá o respaldo americano para aventuras. Existe, portanto, o reconhecimento da importância das relações estáveis entre esses três grandes atores para a almejada estabilidade regional, bem como do papel da aliança nipo-americana na prevenção de agravamentos de tensões entre China e Japão, pois um conflito entre ambos também não interessa aos Estados Unidos.

Para China e Japão, um grande desafio estratégico, fonte de sérias tensões políticas, reside no acesso a suprimentos confiáveis de petróleo e gás natural, que torna ambas as economias bastante dependentes de fontes externas. O Japão, por exemplo, procura cultivar bom relacionamento com o Irã, apesar das divergências deste com os EUA, e tanto Japão como China têm sabidos interesses nas enormes reservas russas de petróleo, sendo que a Rússia preferenciou a necessidade japonesa ao optar pela construção de longa via de dutos (financiada pelo Japão) para fazer seu óleo chegar à costa do Pacífico, facilitando sua obtenção pelos japoneses (através de rota marítima mais curta e menos vulnerável) e pelos sul-coreanos, contrariando as expectativas chinesas. Isso fez a China voltar os olhos para outras alternativas, como o Kazaquistão, o Turcomenistão, o Myanmar e o Sudão, além de também cultivar boas relações com o Irã (tomando alguns riscos ao relacionar-se com Estados párias), mas, sem dúvida, a dependência estratégica japonesa fica mais bem equacionada com o acesso próximo à linha siberiana de dutos e às reservas das Ilhas Sakalinas (apesar das conhecidas divergências entre Japão e Rússia sobre a posse de algumas ilhas no arquipélago das Kurilas, contencioso não resolvido em que o Japão mostra-se inflexível, mas que ambos vêm mantendo desaquecido). Não é do agrado da China a aproximação russo-japonesa, pois no pós-Guerra Fria alguns analistas vêem prosperar

a impressão, na Rússia, de que o crescimento econômico e militar chinês é ameaçador aos seus interesses. Em degenerando para o conflito armado as relações sino-japonesas, não é de se afastar a possibilidade de a China, para prejudicar o abastecimento japonês, vir a eleger como alvos os oleodutos russos, o que representaria fatalmente a ampliação do conflito.

O sucesso japonês em assegurar fontes próximas (e, portanto, menos vulneráveis) de energia contribuiu para tensionar ainda mais as relações sino-japonesas e não amenizou as discussões com a China sobre a demarcação de Zona Econômica Exclusiva e sobre a posse das ilhas Senkaku/Diaoyu no Mar da China. As águas ao redor dessas ilhas estão no centro das discussões, juntamente com as reservas de óleo e gás nelas existentes; e a China é acusada de provocação pelos japoneses, não só por ter iniciado explorações na área, como ainda pela invasão de águas japonesas por um submarino chinês, em época recente (2004).

Como se pode depreender dessa tentativa de sintetizar o panorama asiático atual, não são poucas as razões para supor que a estabilidade regional e, portanto, as probabilidades de sucesso da integração econômica do Leste Asiático estão substancialmente dependentes dos possíveis desdobramentos das rivalidades sino-japonesas, dos passos que as duas potências regionais rivais darão no terreno do aprestamento bélico e das posturas dos grandes atores globais que têm interesses no cenário.

CONCLUSÕES

Uma das primeiras conclusões que se pode tirar da análise do cenário asiático no pós-Guerra Fria é que, embora o mundo ocidental costumeiramente acompanhe mais de

perto as evoluções dos problemas do Oriente Médio (centrados nas questões árabe-israelenses e nas disputadas jazidas petrolíferas da região), o Extremo Oriente merece não menor atenção, e que, neste último, o fulcro das principais dissensões guarda forte relação com as questões sino-japonesas. Outrossim, evidencia-se que este cenário do Leste Asiático é o que contempla maiores possibilidades de enfrentamentos navais, tendo como palco o Oceano Pacífico em sua região oriental e tornando-o atraente para os estudiosos da aplicação do Poder Naval como instrumento na resolução de contenciosos entre as nações.

Observa-se que o cenário estratégico conhecido como Ásia-Pacífico concentra enorme quantidade de transações econômicas e tende a gerar na Ásia um pólo rival da hegemonia ocidental, e que o Oceano Pacífico é a grande via dessas trocas econômicas, integrando na sua orla (a *Pacific Rim*) economias as mais expressivas do mundo globalizado, todas atentas ao que possa acontecer na região fulcral aqui analisada. Uma olhada no mapa mostra que, em adição a economias menos pujantes (sul e centro-americanas), a orla do grande oceano hospeda as costas dos EUA, México, Canadá, Rússia, China, Japão, Coreias, Sudeste Asiático, Filipinas, Malásia, Indonésia, Austrália e Nova Zelândia e contempla as passagens marítimas para o Índico e para o Atlântico. Não é sem motivo que essa orla oceânica desperta o interesse econômico de tantos países, gerando cooperações mercadológicas como a representada pela Apec e integrando interesses ocidentais e orientais.

Verifica-se também que, naquele cenário geopolítico, os principais atores regionais orientais são a China, o Japão e a Rússia, que a China tende a ser o núcleo polarizador de uma grande comunidade econômica integrada, frustrando ambições

japonesas passadas, e que o maior ator extra-regional é representado pelos Estados Unidos, cada um exercitando seus poderes da forma mais assertiva possível, em busca da maximização de suas influências regionais e globais.

A China, potência militar nuclear, surge como potência econômica que, transitando para uma realidade capitalista menos polarizada pelo viés ideológico, encontra-se em acelerado processo de crescimento econômico e alcança a dianteira na disputa pela liderança do continente asiático, podendo lograr êxito – desde que consiga sustentar as bases desse vertiginoso desenvolvimento – e vir a se configurar como a grande opositora da hegemonia norte-americana no mundo. Em se sustentando esse crescimento, não seria fantasioso antever que a China estenda sua área de influência para o sul e para o oeste, atraindo membros da Asean e da Apec, assumindo dessa forma o comando da força econômica asiática. Para tanto, acena com a preferência pelo caminho pacífico, mas não deixa de continuar a se armar e de evidenciar que, falhando a diplomacia, poderá lançar mão das armas para defender seus interesses, dentre os quais avultam a necessidade socioeconômica de reduzir as enormes carências que afetam centenas de milhões de chineses e a necessidade geopolítica de fazer valer o conceito de unificação territorial do país.

O Japão, que no pós-Segunda Guerra Mundial chegou a despontar como maior candidato à liderança da Ásia, repensa suas atuais limitações e percorre caminhos que levem a superá-las, não só em termos de vencer a estagnação econômica que perdura há duas décadas, como também perseguindo a repotencialização de seu Poder Militar e a transformação do país em um *normal state*, reduzindo suas dependências do poderio americano e revelando maior expressividade

internacional, consentaneamente com sua posição de segunda potência econômica do mundo. Esses objetivos japoneses preocupam o continente asiático, especialmente a China, e trazem a alguns países da região receios de que, novamente robustecido militarmente aquele país, as correntes nacionalistas japonesas possam voltar a alimentar sonhos de dominação, pois a dependência nipônica de insumos estratégicos externos é enorme.

A Rússia, ainda em processo de recuperação do fracasso socialista soviético, mantém seu ameaçador poderio nuclear enquanto prioriza a reconstrução econômica, mas em nenhum momento abre mão de continuar a ser um ator global de grande expressão e de, como tal, participar das grandes decisões que possam afetar a Ásia e o mundo globalizado em geral. Ainda que temporariamente fragilizada, é uma das potências emergentes da nova ordem mundial e não hesita em se manifestar com forte personalidade quando afetados seus interesses maiores (como acaba de acontecer na questão do “escudo antimíssil” pretendido pelos EUA no leste europeu, iniciativa que contou com vigorosa oposição do governo de Vladimir Putin).

Os Estados Unidos, grandes vencedores da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria, mantêm a disposição de preservar sua posição hegemônica e, para tanto, exercem na Ásia seu poder nacional na plenitude de suas tradicionais manifestações – a política, a econômica e a militar. Desde o pós-Segunda Guerra, o engajamento americano na região tinha como um dos objetivos principais a contenção da expansão do comunismo na Ásia e no mundo. Embora tenha havido a reaproximação comercial com a China comunista e tenha se extinguido a ameaça soviética, a presença americana na Ásia é marcada por suas estreitas relações com o Japão e pelos compro-

missos estadunidenses com a Coréia do Sul, o que não é bem digerido pela China, em face de suas rivalidades com o Japão e seus compromissos com a Coréia do Norte. Não obstante, um desengajamento americano na Ásia não parece visível, mesmo porque a ausência do poderio estadunidense seria prejudicial ao equilíbrio e à estabilidade regionais.

É nesse complexo cenário que se desenvolve um processo de integração macroeconômica que, capitaneado de início pelas nações do Sudeste Asiático (congregadas na Asean), pode ter seu centro de gravidade deslocado para a China, como foi acima aventado. Esta, vindo a exercer influências predominantes no processo, pode lograr sucesso em construir as bases de uma grande comunidade asiática integrada, a qual competirá com a hegemonia americana e ocidental no processo mais amplo de globalização da economia planetária. Pode residir nesse processo, cuja concretização depende não só da sustentabilidade do desenvolvimento chinês com também da estabilidade regional, a consolidação da maior capacidade opositora daquela hegemonia, contrariando simultaneamente os interesses americanos e japoneses (e, em certa medida, os interesses da Comunidade Européia).

Em meio a esse possível deslocamento de eixos de poder situam-se as rivalidades entre as duas maiores potências regionais da atualidade, a China e o Japão. As relações sino-japonesas são historicamente marcadas por tensões, as quais decorrem do expansionismo militarista japonês, que deixou memórias detestáveis e indeléveis nos países que no passado o Japão invadiu e dominou, e vêm sendo agravadas em época recente pelo acirramento de contenciosos não resolvidos entre aquelas potências: a questão de Taiwan, as disputas territoriais sobre ilhas do Mar da China (dotadas de importantes recursos

energéticos naturais), a situação da península coreana (não só a do programa nuclear da Coréia do Norte, como ainda a da reunificação das Coréias) e as ligações defensivas entre Japão e Estados Unidos (que afetam a segurança das vias marítimas cruciais para toda a região).

Embora China e Japão venham desenvolvendo intenso relacionamento econômico, os discursos dos respectivos governos em prol da pacífica convivência não se mostram suficientes para ocultar a realidade: ambas as potências procuram maximizar seus poderes, ampliando suas áreas de influência na Ásia e, com isso, fermentam as dissidências, alimentadas também por um nacionalismo extremado de ambos os lados. Em outras palavras, a estratégia presente de cooperação econômica sino-japonesa não consegue ocultar o cultivo da estratégia de mais longo prazo de ambas as potências, a qual inclui estarem preparadas para uma possível confrontação futura, em face de interesses conflitantes e pouco conciliáveis no cenário asiático.

O cenário comporta uma China que permanece sob regime autoritário, não descarta de aprimorar seu poderio bélico e persegue o pleno exercício de seu poder nacional na Ásia, podendo vir a suplantar a Alemanha no *ranking* econômico mundial e tornar-se a terceira maior economia do globo terrestre, ao mesmo tempo liderando todo o peso econômico asiático. Nesse desiderato, os chineses não abrem mão de pontos de honra como a existência de uma única China, territorialmente integrando Taiwan. O cenário contempla também um Japão empenhado em restabelecer sua personalidade própria, mediante maior representatividade internacional e o robustecimento vigoroso de seu peso militar, buscando a compatibilização de sua expressão estratégica internacional com a

de sua expressão como segunda potência econômica do mundo atual. Esses grandes objetivos nacionais da China e do Japão podem levar as duas potências a um choque, mormente quando considerada a potencialidade de degeneração das delicadas rivalidades, já discutidas, que as colocam em campos opostos. Se tornado realidade este confronto, ele terá presentes os interesses dos EUA e o gigantesco poderio militar norte-americano (que se manifesta na área principalmente por meio da supremacia naval no Pacífico).

O panorama geopolítico asiático, neste início de século, mostra-se pleno de possi-

bilidades de conflito, a maioria deles com resultados e conseqüências que não podem ser trivialmente prospectados. A oeste são instáveis as condições no Oriente Médio, que podem afetar fontes de suprimento de petróleo de elevada importância estratégica para China e Japão, e são críticas as

relações entre Índia e Paquistão, ambos dotados de armas atômicas. A nordeste, a postura belicista norte-coreana e os envoltimentos chineses e americanos em relação à península coreana apresentam-se preocupantes e podem também revelar posições conflitantes dessas duas potências e de suas alianças. Ao sul e a leste, percebe-se a marcante presença dos interesses ocidentais, centrados no poderio norte-americano e de seus aliados (af incluído o Japão, para contrariedade chinesa). No sudeste, as economias mais frágeis lutam para conciliar os interesse internos e externos, procurando evitar desestabilizações que arruinem os esforços integra-

cionistas que há décadas vêm sendo desenvolvidos. E, em face de um conflito entre as potências mais fortes, poderão vir aquelas nações a tomar posição pendente para um ou outro dos lados oponentes, o que agravaria o quadro e contribuiria para nova convulsão continental.

Segundo noticiário recente da mídia internacional, o Instituto Internacional para as Pesquisas sobre a Paz (Sipri), sediado em Estocolmo, divulgou, em junho de 2007, relatório dando conta de que os gastos militares globais aumentaram 37% ao longo da última década. Os investimentos americanos em armas lideram, compre-

endendo 46% dos gastos mundiais. Grã-Bretanha, França, China e Japão (ainda que limitado este último a só poder gastar em armamento 1% do PIB) aparecem logo a seguir na lista do Sipri, cada um respondendo por cerca de 4 a 5% dos gastos mundiais. Outro relatório, este emitido em abril do

O panorama geopolítico asiático, neste início de século, mostra-se pleno de possibilidades de conflito, a maioria deles com resultados e conseqüências que não podem ser trivialmente prospectados

mesmo ano pelo Conselho de Relações Exteriores em Washington, informa que a China evoluiu de um orçamento militar de cerca de US\$ 14 bilhões em 2000 para quase US\$ 45 bilhões em 2007 (o que foi confirmado por porta-voz do Congresso Nacional do Povo em março de 2007) e que há tendência para alcançar cerca de US\$ 185 bilhões em 2025. O mesmo estudo mostra que os vizinhos da China procuraram acompanhar esse crescimento. A Rússia, que na década de 90 relegou a segundo plano seu aprestamento militar, saltou de US\$ 8 bilhões em 2001 para US\$ 31 bilhões em 2006 e dá mostras de planejar investimentos de US\$ 190 bilhões nas suas forças armadas

até 2015. O Japão prossegue no desenvolvimento de sofisticado sistema antimísseis com os EUA, alegadamente contra mísseis norte-coreanos, mas, segundo o mesmo relatório, de óbvia utilidade em caso de conflito com a China; além disso, são visíveis os passos japoneses no sentido de remover os óbices à reformulação de seu poderio militar. A Coreia do Sul dá seguimento a intenso programa de modernização de suas forças navais e terrestres, além de intensificar operações conjuntas com os EUA. Taiwan, segundo o relatório do Conselho, não conseguiu os recursos de US\$ 18 bilhões para adquirir as armas que o governo norte-americano ofereceu à ilha em 2001. E, em decorrência (embora tenha investido bastante na compra de modernos aviões de combate e sistemas de mísseis dos EUA e França nos anos 90), continua a contar com os EUA na defesa contra uma eventual ação militar chinesa.

Em recente visita à aliada Austrália, o vice-presidente dos EUA manifestou preocupação com a forte militarização chinesa e com recente experiência feita pela China com um

míssil que destruiu em órbita um satélite chinês desativado, o que mostra sua capacidade de emprego contra sistemas americanos baseados em satélites. Percebe-se que existe uma não anunciada corrida armamentista no planeta, grande parte da qual tem lugar na Ásia, puxada pela China, e que dela participam muitos dos atores considerados neste trabalho (sendo previsível o aumento da participação japonesa, tão logo liberado o Japão das peias legais impeditivas de seu robustecimento militar).

Por todo o exposto, o cenário asiático, em particular o Ásia-Pacífico, mostra-se propício a ser o palco de uma importante confrontação de poderes no século que se inicia, e a degeneração futura para a guerra apresenta considerável e preocupante probabilidade. Caso as hipóteses mais pessimistas se concretizem, o teatro de operações estará na região oriental setentrional do Oceano Pacífico e deverá revelar grande participação do Poder Naval, que poderá ser decisivo e uma vez mais mostrar-se como instrumento de alta importância na construção da história das sociedades do planeta.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<POLÍTICA> /; Geopolítica; Japão; China; Análise política;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, C. A. Lambert. "A República Popular da China e a Sociedade Internacional". Rio. *Revista do Clube Naval*, nºs. 337 e 338, 1ª e 2ª trimestres 2006.
- BERTONHA, João Fábio. "A Remilitarização do Japão e a Geopolítica do Extremo Oriente". *Revista Espaço Acadêmico*, Ano I, nº 02, julho 2001.
- BULARD, Martine. "A China sacode a ordem mundial". *Le Monde Diplomatique*, agosto 2005.
- CALDER, Kent. "China and Japan's Simmering Rivalry". *Foreign Affairs*, New York, mar/abr 2006, vol 85.
- DIÉGUES, Fernando M. F. "Não-Proliferação x Desarmamento Nuclear: uma barganha frustrada". *Revista do Clube Naval*, ano 115, nº 341, 2007.
- DREYER, J. Teufel. "Sino-Japanese relations and its implications for developing nations". *Asian Survey*, 2006, vol. 46, nº 4, pp 538-577.
- _____. National Institute for Defense Studies. *East Asian Strategic Review*, Tokio, June 2006. Disponível em: <http://www.nids.co.jp/english/index.htm>.
- ESCOBAR, Pepe. *21, o Século da Ásia*. São Paulo, Ed. Iluminuras, 1997.
- FOUISE, David. *Japan's FY 2005 National Defense Outline: new concepts, old compromises*. Asia-Pacific Center for Security Studies, vol. 4, nº 3, March 2005.
- FRIEDMAN, Geroge. *The limitations and Necessity of Naval Power*. Strategic Forecast, apr. 2007. Disponível em: <http://www.stratfor.com>.
- GODOY, Denise. "Puxada por China, corrida às armas acelera na Ásia". S.P., *Folha de São Paulo*. 12/04/2007.
- GUIMARÃES, Lytton L. *A inserção político-diplomática do Japão no cenário internacional*. Brasília: Univ. de Brasília, Núcleo de Estudos Asiáticos, set. 2005.
- GUYONNET, Emilie. "As novas ambições do Japão". *Le Monde Diplomatique*, abril 2006.
- HALLIDAY, Fred. "A Guerra Fria e seu fim: consequências para a Teoria das Relações Internacionais". *Contexto Internacional*, Rio, PUC-RJ, vol. 16, nº 1, jan/jul 1994.
- HUNTINGTON, Samuel. *The clash of civilizations and the remaking of world order*. Simon & Schuster, 1996.
- _____. IISS. *The Military Balance 2002/2003*. International Institute for Strategic Studies, disponível em <http://www.militarypower.com.br/mundo.htm>.
- KENNEDY, Paul. *The Rise and Fall of the Great Powers*. First Vintage Book Edition, 1989.
- KENNEDY, Paul. "The Rise and Fall of Navies". *International Herald Tribune*, April 5, 2007.
- KONDO, Shigekatsu. *East Asia Strategic Review – 2006*. National Institute for Defense Studies. Tóquio, 2006; disponível em <http://www.nids.jp/english/inxex.html>.
- LIM, Tai Wei. "ASEAN's Role and its Management of the Sino-Japanese Rivalry". *Stanford Journal of East Asian Affairs*, vol. 5, nº 1, Winter 2005, pp.133-145.
- MARTINS, Dora. "Chinese Foreign Policy: Pragmatism and Strategic Behavior". Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. *Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos*, nº 6, 2º Semestre 2004.
- MAGNOLI, Demétrio (coord.) e outros. *História das Guerras*. São Paulo, Contexto, 2006.
- MELLO, Camila M. A. *O impacto da relação estratégica sino-japonesa na integração do Sudeste Asiático: o caso da ASEAN*. Monografia apresentada no Curso de Relações Internacionais. PUC-RJ, Rio, 2007.
- MORAIS, Isabela N. *O Regionalismo Asiático revisitado: impacto para a ASEAN da emergência da China pós-Deng*. Dissertação de Mestrado apresentada na USP. São Paulo, 2005.
- NAMIHEI, Odaira. "O Desembarque em Tóquio". *Le Monde Diplomatique*, China, nov. 2005.
- NOGUEIRA, C. Dantas. "Disputa entre China e Japão". BH, MG, *Conjuntura Internacional*, ano 2, nº 7, maio 2005.
- ONISHI, Nomiritsu. "Abe's rise to force new look at postwar". *Herald Tribune International*, Asia-Pacific, 20 set. 2006.

- _____. Office of Naval Intelligence/National Maritime Intelligence Center, USA. *China's Navy 2007*. Disponível em: <http://www.nmic.navy.mil>.
- _____. Policy Memo, *New Power Dynamics in Southeast Asia*. Stanley Foundation, Iowa, USA, Nov. 9, 2006.
- Qiu, Jin. "The Politics of History and Historical Memory in China-Japan Relations". USA, *Journal of Chinese Political Science*, vol. 11, nº 1, 2006.
- _____. Relatório, 29/10/2005. *Aliança EUA-Japão: transformação e realinhamento para o futuro*. Disponível em: http://www.jda.go.jp/j/news/youjin/2005/10/1029_2plus2/20_e.htm.
- ROSE, Caroline. *Sino-Japanese relations: facing the past, looking to the future?* London, Routledge, 2004. Disponível em: <http://www.wreac.org/people/rose.html>.
- ROY, Denny. *Stirring Samurai, Disapproving Dragon: Japan's growing security activity and Sino-Japanese relations*. Asia-Pacific Center for Security, 2004. Disponível em: <http://www.apcss.org/Publications/Occasional%20Papers/OPStirringSamuraiRoy.pdf>.
- SCALAPINO, Robert A. "A Orla do Pacífico: Cooperação e Integração". *Contexto Internacional*, Rio, PUC-RJ, vol. 17, nº 2, jul/dez 2005.
- _____. Sinodefence.com. Chinese Defence Today. *Chinese Naval Vessels*. Disponível em <http://www.sinodefence.com/navy/default.asp>.
- SOERENSEN, Camila. Strategic Triangularity in Northeast Asia: the Sino-Japanese security relationship and U.S. Policy. *Asian Perspective*, vol. 30, nº 3, 2006, pp. 98-128. Disponível em: <http://www.asianperspective.org/articles/vol30n3-e.pdf>.
- _____. Strategic Forecast Inc. *China and Japan: disputing resources under the sea*. Stratfor, maio 2006. Disponível em: <http://www.stratfor.com>.
- SUTTER, Robert. *China and Japan: trouble ahead?* The Washington Quarterly, 24:4, pp. 37-49, Autumn 2002. Disponível em: <http://www.twq.com/02autumn/sutter.pdf>.
- TOW, William T. *Asia-Pacific Strategic Relations: seeking converging security*. Cambridge, 2001.
- UEHARA, Alexandre R. *A Política Externa do Japão no final do século XX: o que faltou?* São Paulo, Annablume Editora, 2003.
- YANG, Jin. *Sino-Japanese Relations: implications for Southeast Ásia*. Contemporary Southeast Asia, August 2003. Disponível em: http://www.findarticles.com/p/articles/mi_go1898?is_200308.
- _____. Wikipedia, the free encyclopedia. *People's Liberation Army Navy*. Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/People's_Liberation_Army_Navy.
- _____. Wikipedia, the free encyclopedia. *Political Status of Taiwan*. Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Political_Status_of_Taiwan.
- _____. Wikipedia, the free encyclopedia. *Republic Of China Navy*. Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Republic_of_China_Navy.
- _____. Wikipedia, the free encyclopedia. *Japan Maritime Self-Defense Force*. Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Japan_Maritime_Self_Defense_Force.
- _____. Wikipedia, the free encyclopedia. *Imperial Japanese Navy*. Disponível em: http://en.wikipedia.org/wiki/Imperial_Japanese_Navy.
- _____. Global Security. *South Korea Navy*. Disponível em <http://www.globalsecurity.org/military/world/rok/ships.htm>.
- _____. Global Security. *Navy - North Korea*. Disponível em <http://www.globalsecurity.org/military/world/dprk/navy.htm>.

TEATRO NO MUSEU

VIDA A BORDO

Numa viagem no tempo a bordo de uma nau do século XVI, os alunos de escolas que visitam o Museu Naval podem conhecer um pouco sobre os interesses que levaram os portugueses a navegarem além-mar.



Lindomar (ator Thiago Macedo), capitão nomeado pelo rei, e seu experiente amigo Aires Marinho (ator Luciano Moreira) organizam uma expedição de Portugal rumo ao Rio de Janeiro. Ao som de canções lúdicas, a criançada participa ativamente dessa "viagem" que mostra os instrumentos de bordo então usados, as fainas, a alimentação e diversas

situações vividas nessa travessia do Oceano Atlântico.

Vida a bordo, com texto e direção de Dulce Bressane, figurinos de João Gomes e produção de Sulamita Carvalho, é ideal para crianças de 6 a 10 anos.

Agendamento para grupos: 2104-5506 Ramal 208 (Aline) ou 2104-6721 (Comandante Menegassi).

